



CMEI ÂNGELA CATARINA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

“Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma Proposta Pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica contém uma história que precisa ser contada. Toda proposta pedagógica possui uma aposta. Nasce de uma realidade que pergunta e é também busca de uma resposta. Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui. Traz também as dificuldades que enfrenta os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta. E essa sua fala do desejo (...) nunca uma fala acabada, não aponta o lugar, a resposta, pois, se traz a resposta, já não é uma pergunta. Aponta isso sim, um caminho também a construir.” (KRAMER, 1999. p.169)

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 LOCALIZAÇÃO

Município: Paranaguá

Instituição: Centro Municipal de Educação Infantil Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho

Código: 41165527

E-mail da instituição: cmeiangelacatarina.decarvalho@paranagua.pr.gov.br

Endereço: Rua Arsênio Bento dos Santos **Bairro:** Parque São João/Labra

Telefone: (41) 3721-1784

Nome da Equipe diretiva:

- Caroline Lobo Santos de Queiroz
- Caroline Eliza Poletti Cabral

E-mail da Equipe diretiva:

- caroline.queiroz@paranagua.pr.gov.br
- carolina.cabral@paranagua.pr.gov.br

Dependência Administrativa: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

Entidade Mantenedora: Prefeitura de Paranaguá

Ato de autorização – Resolução 002/2023

Ato administrativo de aprovação do Regimento Escolar: Parecer N° 53/2023

ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADO POR ESTA INSTITUIÇÃO

() Educação do Campo

() Educação Especial

(**X**) Educação Infantil

QUADROS DE ATOS

Tipo	Ato N°	Data	Descrição	Revogação	Vigência	Observações
Decreto	N° 3.678	26/07/2022	Cria o CMEI Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho	-----	A partir da data de publicação.	-----
Parecer	N° 74/2022	20/12/2022	Aprova o Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil do CMEI Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho.	-----	A partir da data de emissão.	-----

Parecer Técnico	Nº 53/2023	31/05/2023	Emite o presente Parecer de Aprovação, resultado da análise técnica do Regimento Escolar do CMEI Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho.	-----	A partir da início do ano letivo 2023.	-----
Resolução	Nº 002/2023	07/07/2023	Credenciamento da Educação Infantil. Autorização de funcionamento da Educação Infantil.	-----	Credenciamento: 2023 – 2028. Autorização de funcionamento: 2023 – 2025.	-----

1.2 HISTÓRICO

O Centro Municipal de Educação Infantil Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho foi inaugurado em 26 de julho de 2022, integrando o cronograma de eventos alusivos ao aniversário da cidade de Paranaguá.

A obra foi empreendida e entregue na Gestão do Prefeito Marcelo Roque e da Secretária de Educação Tenile Cibele do Rocio Xavier.

O Projeto Arquitetônico consiste na Creche Pré-Escola tipo 2 do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA). Este programa é uma ação do Plano de desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, que visa contribuir para a garantia do acesso à Educação Infantil.

O CMEI Ângela Catarina representa uma conquista para a comunidade do Bairro Labra/Parque São João, bem como é resposta a um pedido dos moradores, tendo em vista que a oferta de instituições e vagas na região é baixa diante da demanda existente. De acordo com o projeto estrutural, a instituição possui capacidade para atender 188 crianças em dois turnos ou 94 crianças em período integral, isso representa um importante avanço na contemplação da demanda reprimida da região do Bairro Labra e seu entorno.

A estrutura do CMEI Ângela Catarina é privilegiada, pois uma vez que segue padrão Pro-infância, seus espaços foram projetados para atender as especificidades das crianças. O espaço do CMEI é uma riqueza ofertada para a comunidade local, constituindo-se uma expressão do atendimento do direito das crianças com compromisso, responsabilidade e qualidade.

Desde que a instituição foi inaugurada não houveram mudanças na estrutura física, entretanto o prédio necessitou de alguns reparos que foram realizados pela construtora responsável pela obra e também pela Secretaria Municipal de Obras Públicas da Prefeitura de Paranaguá.

Em relação a organização dos agrupamentos, destacamos, que diferente do que está no Projeto Arquitetônico, temos 6 salas referência para a Educação Infantil, pois a sala multiuso precisou ser utilizada como sala de referência para atender a demanda da etapa obrigatória – Infantil 4 – 4 anos.

1.2.1 A Patronesse – Sra. Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho

Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho nasceu em 02 de janeiro de 1961 e faleceu em 08 de outubro de 2020. Era filha de Tibúrcio Alves e Maria do Carmo Alves Poleti. Casou-se com Paulo Sergio de Carvalho, com quem teve 3 filhos, Ângelo Jorge Poleti Alves Sobrinho de Carvalho, Bruno Alex Poleti de Carvalho e Joaquim Américo Poleti de Carvalho.

Dona Ângela estudou na Escola Rural de Alexandra, Distrito de Paranaguá, até a quarta série. Foi Líder Comunitária, presidiu a Associação de Moradores do Parque São João e formou o Grupo de Mulheres em Ação, tendo como meta o trabalho social em benefício às pessoas mais carentes.

1.2.2 Por que o bairro em que estamos é chamado de Labra?

O nome atribuído ao local em que o CMEI está inserido deve-se a empresa Labra, que faz parte da história da constituição do nosso bairro.

A empresa Labra que tem como razão social Labra Industria Brasileira De Lapis S/A foi fundada em 28/10/1981 e está cadastrada na Solutudo no segmento de Artefatos de Madeira com o CNPJ 77.964.963/0003-00. No mercado, a empresa está localizada na Rua Julio Groth Elias, Nº 1097 em Paranaguá - PR, CEP 83212-090. A empresa Labra está cadastrada na Receita Federal sob o CNAE 1610-2/01 com atividade fim de Serrarias com desdobramento de madeira.

Quem nunca passou pela avenida das Araucárias, bem pertinho do terminal da Vila Angélica, sem sentir no ar aquele cheirinho de lápis de cor, que vinha das chaminés da fábrica da Labra. Porém, mais de 30 anos depois, o aroma que remetia muitos a uma lembrança agradável dos tempos de escola, aos poucos, foi se dissipando. A empresa havia embarcado em uma grave crise financeira, e a produção do famoso lápis Labra, gradativamente, foi acabando.

Fundada em 1979, a empresa tinha como principal atividade a produção de lápis colorido e grafite, depois chegou a produzir lápis cosmético, giz de cera e alguns itens de escritório. Em 1995, dezesseis anos depois, a empresa, então comandada pelo empresário Miguel Zattar, hoje falecido, entrou em concordata preventiva. Mas

como os sócios não cumpriram com as obrigações previstas, em 1996 foi decretada a falência. Nessa época, o já extinto Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), maior credor da Labra, assumiu a gestão financeira e administrativa da empresa. O banco nomeou um síndico, que passou a representar os bens da massa falida.

Entre os anos de 1996 a 2009, algumas áreas pertencentes à Labra foram a leilão. Eram áreas passíveis de se desfazer, já que não interferiam na continuidade das atividades, pois mesmo com o processo falimentar, a produção nunca parou. Em 2009, após a venda dos ativos, foi possível pagar todos os trabalhadores, o próprio Badep e demais credores. Nesse novo momento da empresa, Miguel Zattar Filho, agora responsável pelos negócios do pai, requereu a concordata suspensiva, obteve a autorização da 3ª Vara da Fazenda Pública e assumiu novamente o comando da empresa. Ele até hoje é o gestor. Após isso, em 2010, foi deferido o pedido para encerrar o processo falimentar.

“A Labra tentou retomar suas atividades, porém, um novo impasse surgiu no caminho: ladrões invadiram a fábrica e roubaram toda a fiação elétrica. Se a situação financeira já era difícil, ficou ainda pior. Sem dinheiro para restabelecer a energia elétrica, a produção teve que parar e os funcionários foram demitidos. É importante lembrar que o quadro funcional já estava bastante reduzido. No início do processo falimentar, a empresa tinha cerca de mil funcionários, e quando o Badep assumiu o controle, havia cerca de 150.

No final de 2015, com a crise nacional, a recuperação financeira da Labra ficou ainda mais difícil, e hoje, apesar de não estar falida, a empresa não consegue retomar suas atividades”, elucidou a advogada Karina Lúcia Woitowicz, que acompanhou o processo de falência, que se encerrou em 2010, ano em que a empresa voltou a ser administrada pela família.

Ações trabalhistas

Em meio às dificuldades financeiras, a Labra ainda enfrenta uma enxurrada de ações trabalhistas, já que desde 2015 começou a atrasar pagamentos de salários e cestas básicas e também deixou de recolher o FGTS. O advogado Roberto Pontes, do departamento jurídico do sindicato que representa os trabalhadores, o Stiqfepar, comentou que defende uma ação coletiva contra a empresa e várias ações individuais. “Na ação coletiva, que corre na 1ª Vara do Trabalho de Araucária, o sindicato fez um

acordo com a empresa, para que pagasse os salários, cestas básicas e recolhessem o FGTS. Teve perícia contábil, foi levantado o passivo devido aos trabalhadores, e a Labra se comprometeu em pagar 100% do valor, dividido em parcelas, no entanto, não pagou nem a primeira. Também foi feita penhora do patrimônio da Labra, mas nada foi vendido. Sabemos que uma nova reavaliação será feita, para que alguns bens possam ir a leilão”, esclareceu.

Ainda de acordo com o advogado do sindicato, no decorrer do processo houve uma denúncia de que a Labra estaria dilapidando os maquinários, mas depois, ficou comprovado que a Justiça tinha autorizado, para evitar depredações, já que a fábrica estava fechada. “Também há rumores de que um grupo de fora teria manifestado interesse em investir e reabrir a fábrica da Labra, mas nada foi confirmado”, salientou.

***Contribuições e pesquisas do Professor Denni Capeta,
morador do bairro Labra.***

1.2.3 Relação de Diretoras:

PORTARIA	DATA	DESCRIÇÃO	NOMEAÇÃO
Nº 5.687	23/09/2022	Designa para a função gratificada de direção do CMEI Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho.	Caroline Lobo Santos de Queiroz
Nº 6.022	03/01/2023	Reconduz servidores para a função gratificada de direção de Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil.	

1.3 RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS, CARGO/FUNÇÃO/VÍNCULO, NÍVEL DE ESCOLARIDADE

PROFISSIONAL	CARGO/FUNÇÃO/VÍNCULO	HABILITAÇÃO/ESCOLARIDADE
Alana Noemia Gonçalves dos Santos	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério/Cursando Pedagogia
Amanda Cunha Gonçalves Rodrigues	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério/Pedagogia/Especialização em Arte na Educação
Ana Gabriela Pereira Antonio	Agente de Apoio Educacional CLT	Licenciatura em Pedagogia/Especialização em Educação Especial
Ana Paula Tuchinski da Silva Botelho	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério/Pedagogia/Especialização em Educação Especial e Inclusiva com ênfase em surdez e Libras/Especialização em Libras/Especialização em Psicologia Escolar e Educacional
Andréa do Rocio Gomes Neves	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério
Beatriz Martins Alves Cardozo	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério
Bruna Theodoro de Mattos Duarte	Educadora Infantil / Estatutário	Licenciatura em Pedagogia
Carolina Eliza Poletti Cabral	Pedagoga-Coord. / Estatutário	Pedagogia/ Especialização em Educação Especial/Educação Infantil/Gestão Escolar/ Direito Educacional/ TEA e TGD/ Psicopedagogia Clínica e Institucional
Caroline Lobo Santos de Queiroz	Diretora / Estatutário	Licenciatura em Pedagogia/Especialização em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão
Elisabete M. de Assis	Aux. Serviços Gerais / Estatutário	Ensino Médio
Ingrid de Souza Santos	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério
Julia Caroline Coca da Silva Bueno	Educadora Infantil / Estatutário	Licenciatura em Pedagogia/Especialização em Educação Especial/ Gestão Escolar/ Psicopedagogia
Laís Miranda Cuch	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério/ Licenciatura em Pedagogia/ Especialização em Neuropsicopedagogia
Larissa Mendes Braga Cardoso da Silva	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério/ Licenciatura em Letras Português/Inglês
Letícia Aurea da Silva Rodrigues	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério / Licenciatura em Pedagogia/ Especialização em Educação Especial/TEA
Lorena Jacinto Vanhoni da Silva	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério/Licenciatura em Pedagogia/ Especialização em Psicopedagogia
Lucimeri Silveira de Aguiar	Ass. Administrativo / Estatutário	
Marilu Corrêa Ferreira	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério/Licenciatura em Pedagogia

Priscila Moreira Lima Cardoso	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério/ Especialização em Pedagogia/ Educação Especial
Rafaele Veiga da Cruz Martins	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério/Pedagogia/ Especialização em Educação Especial
Rosane Oliveira da Cruz	Agente de Apoio Educacional CLT	Magistério/Pedagogia/ Especialização ABA/ Especialização Deficiências IFPR
Yasmin Alves Gonçalves	Educadora Infantil / Estatutário	Magistério/ Licenciatura em Letras Português/ 2ª Licenciatura
Adriana Feitoza de Andrade	Estagiária	Cursando Licenciatura em Pedagogia
Aline Cristina Matias	Estagiária	Cursando Licenciatura em Pedagogia
Andressa Huchak Braz	Estagiária	Cursando Licenciatura em Pedagogia
Kauany Sgarbozza Chagas	Estagiária	Cursando Magistério
Rose Mary Nogueira da Silva	Estagiária	Cursando Licenciatura em Pedagogia
Andressa Matushima Botelho da Silva	Cozinheira / Empresa terceirizada	Ensino Médio
Jucilene Silva de Jesus	Cozinheira / Empresa terceirizada	Ensino Médio
Kleverson Gonçalves do Rosario	Vigia/ Estatutário	Ensino Superior Completo

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, CULTURAL E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR

EM CONSTRUÇÃO.

A contextualização socioeconômica está sendo construída a partir dos questionários enviados para as famílias. Os questionários foram socializados de forma on-line nos grupos de whatsapp dos agrupamentos do CMEI e por meio dele obtivemos uma participação de 56,8%.

O questionário utilizado pode ser consultado no seguinte link: <https://drive.google.com/drive/u/0/home>

Os dados estão sendo analisados para que posteriormente seja empreendida a caracterização socioeconômica, cultural e educacional da comunidade escolar do CMEI Ângela Catarina, a ser apresentada neste documento.

1.5 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS

O Centro Municipal de Educação Infantil Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho dispõe de uma estrutura nova, tendo em vista que a construção foi finalizada em julho de 2022, sendo a instituição inaugurada no dia 26 de julho do mesmo ano. Entretanto, o atendimento às crianças foi iniciado no ano letivo 2023.

Concordando com o pronunciamento do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara Educação Básica, por meio da Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, consideramos, com base no Art. 8º § 1º, que nosso CMEI deve viabilizar condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

- I - A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;
- II - A indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;
- III - A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;
- IV - O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;
- V - O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;
- VI - Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à Instituição;
- VII - a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- VIII - A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;
- IX - O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;
- X - A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da Instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

Pensando nisso, em nosso CMEI os espaços e recursos são organizados de modo a atender tanto esses objetivos supracitados quanto a intencionalidade pedagógica cotidiana que visa potencializar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

Nos engajamos diariamente na construção de uma Instituição que integra educação, cuidado e brincadeira e que proporciona o desenvolvimento integral da criança, esta sempre compreendida como um sujeito capaz, potente.

Deste modo, nossos espaços são utilizados com flexibilidade e versatilidade, neles as crianças podem fazer mudanças, variar os objetos e móveis de lugar; realizar experiências com elementos da natureza, manusear e se relacionar com objetos diferentes dentro e fora das salas, explorar diferentes materiais e materialidades, sempre pensando em oportunizar o desenvolvimento e o fortalecimento da independência e autonomia dos pequenos e pequenas.

As crianças têm acesso a maçanetas de portas, sanitários e pias dos banheiros, aos brinquedos, materiais não estruturados e alguns livros infantis que as educadoras disponibilizam no espaço da sala. Até mesmo quando algo lhes foge do alcance, têm autonomia para criar soluções de acessibilidade, uma prática que exemplifica isso é a utilização de cadeiras para alcançar as alturas desejadas em experiências cotidianas.

Os espaços são organizados de modo a favorecer as escolhas e o convívio entre as crianças de diferentes idades, bem como a diversidade. A inclusão acontece de forma natural, sendo que o interesse das crianças atípicas é contemplado na organização do ambiente, afinal, embora possuam singularidades, são igualmente crianças que se desenvolvem e aprendem na relação com o outro e os outros aprendam com elas da mesma forma.

Os momentos de alimentação acontecem no refeitório, que situa-se no pátio coberto do CMEI, é um local bem ventilado que abriga mesas com bancos e mesas com cadeiras de alimentação para os bebês. Entretanto, as mesas com cadeiras de alimentação não os acomodam confortavelmente, seus pezinhos ficam pendurados pela falta de suporte para apoiá-los, desse modo, os bebês alimentam-se em sua sala de referência, em mesa com bancos que possuem encosto e apoio para os bracinhos, em tamanho adaptado para eles, proporcionando-lhes mais conforto e autonomia.

A Instituição oferta um espaço específico para amamentação anexa à sala do Infantil 1, este espaço possui duas poltronas com apoio para os pés e é enriquecido com detalhes que o tornam aconchegante e oferecem conforto e bem estar, fazendo com que o momento mamãe e bebê seja peculiar.

Ainda sobre nosso espaço, possuímos 5 salas de referência, todas com acesso a sanitários adaptados ao tamanho das crianças no interior da sala (com vasos e chuveiros), também temos 1 sala multiuso, que é utilizada como sala referência, devido a necessidade de atendimento da demanda de Infantil 4. Contudo, uma dificuldade constante que anualmente enfrentamos com a utilização da sala multiuso como sala de referência é o uso do banheiro, como nesta sala não há banheiro, as crianças precisam utilizar o banheiro adaptado, que fica a uma certa distância, além disso, o vaso sanitário fica mais elevado, uma vez que foi projetado para atender crianças que utilizam cadeira de rodas, esse fator dificulta a utilização do banheiro com autonomia e diversas vezes as crianças não conseguem segurar suas necessidades.

Das salas mencionadas, 2 são utilizadas por grupos do período integral (Infantil 1 e 2); 3 por grupos do período parcial (Infantil 2, 3 e 4) e a sala multiuso é utilizada por grupos de infantil 4 em períodos parciais, manhã e tarde.

Nosso espaço externo possui 3 solários, aos quais todas as salas têm acesso. Cada solário é compartilhado por duas turmas. Os solários são utilizados cotidianamente de diferentes formas, contribuindo para o enriquecimento das vivências das crianças.

O tanque de areia é um espaço privilegiado do CMEI, desejado por todas as crianças, apresenta um espaço livre, possibilitando diferentes construções e a oferta de diferentes experiências, podemos utilizar guarda-sóis, fazer barracas, criar contextos, enfim, as possibilidades são inúmeras. No entanto, lidamos com o desafio da grama que invadiu o espaço, as crianças vão criando soluções para explorar a areia, mas é um ponto que demanda atenção e resolução.

A área externa do CMEI também dispõe de espaço gramado, na frente, nas laterais e atrás, há área gramada livre e também há playgrounds distribuídos. A grama é uma importante aliada na potencialização das vivências e descobertas infantis.

Buscamos proporcionar diferentes experiências ao ar livre, levando as crianças a terem contato com a natureza e realizando brincadeiras livres e direcionadas. Esses espaços também são apropriados e utilizados para brincadeiras com bola, corda, escorrega (brincadeira com lona e sabão), banho de piscina, entre outros.

Nosso pátio coberto oferece pinturas lúdicas que as crianças podem utilizar em suas interações cotidianas, caracol, pista de carros, labirinto e amarelinha.

Enfim, reconhecemos que os espaços/tempos oportunizados no CMEI são elementos essenciais para o processo de ensino-aprendizagem. Ambientes potentes e provocativos contribuem para aguçar a curiosidade, colocando a criança em um movimento de indagação e pesquisa que aprofundam sua relação com o mundo e seu conhecimento sobre ele, envolvendo-a emocionalmente e gerando um vínculo afetivo entre ela e o CMEI.

1.5.1 DESCRIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS RESGUARDADAS AS ESPECIFICIDADES ETÁRIAS DAS CRIANÇAS

O CMEI Ângela Catarina tem dois banheiros com acessibilidade logo no hall de entrada, uma secretaria com dois computadores com acesso a internet, uma impressora preto e branco, um telefone fixo, um armário de duas portas, uma estante, três armários arquivo, duas mesas com cadeiras de escritório que são utilizadas pela equipe gestora e duas cadeiras para recepção de famílias.

Na sala das professoras há uma mesa com quatro cadeiras, duas estantes multiuso, um armário com duas portas, um armário de zinco com 16 divisórias, destinado ao uso individual/pessoal das professoras, e uma mesa de escritório com cadeira utilizada pela pedagoga coordenadora.

A cozinha é composta por eletrodomésticos e contém materiais específicos para uso das cozinheiras, fornecidos pela empresa terceirizada responsável pela merenda escolar.

Temos um lactário disponível, que não é utilizado para a preparação de mamadeiras, pois toda a alimentação é preparada na cozinha. Desta forma, o espaço que seria destinado ao lactário, por não ser utilizado para o fim projetado, passou a ser utilizado para a preparação de café das profissionais do CMEI.

Contamos com uma espaçosa lavanderia/rouparia, que possui prateleiras, bancada de granito, 2 tanques de cerâmica, máquina de lavar roupas, secadora e um varal de chão.

Na copa, espaço utilizado pelas funcionárias, há acesso para dois vestiários. Na ambientação da copa estão dispostos: um armário com duas portas, uma geladeira e duas mesas com seis banquetas.

Anexo à cozinha e a copa, há um depósito de material de limpeza (DML), com prateleiras e um armário com duas portas. Há também uma bancada de granito com uma pia.

Este CMEI atende a faixa etária de 4 meses à 5 anos, as salas referências são amplas, acessíveis e atendem a quantidade de crianças adequada ao metro quadrado, bem como a organização segue a Deliberação Nº 01/2015 COMED/Paranaguá. Todas as salas possuem ar-condicionados e ventiladores em bom estado de funcionamento.

A sala referência do **1 (Infantil 1/Integral)** contém ar-condicionado e ventilador, possui banheiro com uma pia, um tanque, duas banheiras com água quente e fria anexadas na bancada para trocador, um box de alvenaria com chuveiro completo e prateleiras de granito para guardar os pertences pessoais das crianças.

A sala tem espaços de investigação feitos com materiais não estruturados, um armário com duas portas, uma prateleira e uma mesa coletiva com bancos que possuem encosto e apoio para os braços. Anexo à sala referência temos um solário com um tanque e uma bancada. Anexo à esta sala também há o espaço de amamentação, que faz divisória com uma janela fixa de vidro espelhado, que possibilita visualizar o interior da sala 1, este espaço conta com uma pia, cortina e uma estante com materiais para decoração e higiene pessoal.

A sala referência do **2 (Infantil 2 B/Integral)** é composta com ar condicionado, um armário com duas portas, uma prateleira para organização dos materiais não estruturados e uma prateleira no ambiente externo para organizar as mochilas das crianças. Possui acesso a banheiro compartilhado com a sala referência **3**, neste banheiro há um trocador de granito com colchonete, um box de alvenaria com dois chuveiros, três vasos sanitários infantis com patente e divisórias individuais, quatro pias na altura das crianças com espelhos, três dispensers para sabonete líquido e quinze caminhas para a hora do soninho.

A sala de referência **3 (Infantil 3 B / Infantil 2 A)** é compartilhada por dois grupos parciais – manhã e tarde. A sala é ambientada com um armário, uma prateleira

para organização dos materiais não estruturados, um palet utilizado para o contexto da construtividade, bem como são dispostos outros contextos que são alterados conforme a observação das professoras, e ao lado da porta, na área externa, há uma prateleira para a organização das mochilas.

Os três agrupamentos citados anteriormente têm acesso ao mesmo solário, no solário contém brinquedos, uma prateleira de granito e uma bancada com 2 pias, sendo uma delas apropriada à altura das crianças e outra em altura padrão.

A sala **4 (Infantil 4 B/Infantil 4 D)**, é a única que não possui banheiro e as crianças dessa sala referência utilizam o banheiro que fica na área externa, o qual foi projetado para crianças com necessidades especiais. Esta sala, que chamamos sala de vidro, é uma sala multiuso no projeto arquitetônico, mas conforme o planejamento de turmas da Secretaria Municipal de Educação, pela necessidade de atendimento da demanda de matrículas, precisou ser adaptada para uma sala referência. Essa sala contém duas prateleiras, que ficam ao lado da porta, para organização das mochilas feita pelas próprias crianças.

A sala de referência **5 (Infantil 4 A/ Infantil 4 C)**, é utilizada por dois grupos parciais – manhã e tarde. O espaço desta sala possui um armário com duas portas, duas prateleiras para a disposição de materiais não estruturados e contém uma prateleira ao lado da porta, na área externa, que é utilizada pelas crianças para a alocação de suas mochilas.

A sala de referência **6 (Infantil 3 A/ Infantil 3 C)** também é compartilhada por dois grupos parciais – manhã e tarde. Seu espaço é composto por um armário de duas portas, duas prateleiras para organização dos materiais não estruturados e uma prateleira na parte externa para organizar as mochilas.

As salas 5 e 6 tem porta de acesso ao mesmo banheiro, que é utilizado pelos agrupamentos das duas salas, este espaço é constituído por quatro vasos sanitários com patentes e portas, quatro pias com espelhos adequadas ao tamanho das crianças, dispensers de sabonete líquido e box de alvenaria com dois chuveiros.

Essas duas salas – **5 e 6** - também compartilham o mesmo solário, o qual conta bancada e prateleira de granito e duas pias, sendo uma infantil e uma padrão adulto, também possui uma prateleira móvel onde estão dispostas as plantas, um escorregador e uma gangorra.

Além dos armários e prateleiras, todas as salas são ambientadas com diferentes espaços organizados de forma intencional, que sempre são modificados de acordo com o interesse das crianças e as observações das professoras.

O CMEI possui um almoxarifado para armazenagem de produtos e materiais pedagógicos, uma central de equipamentos de TI, um pátio com brinquedos, mesas para uso coletivo nas refeições, espaço com areia para as explorações, horta, árvores frutíferas e espaço gramado.

1.6 REGIME E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO

Conforme se pronuncia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, em seu Artigo 31, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, deverá organizar-se de modo que atenda as seguintes regras comuns:

- I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Considerando o exposto, o CMEI "Angela Catarina Poleti Alves de Carvalho" atende crianças das 07:30 às 17:30, sendo 4 agrupamentos parciais no período matutino, 4 agrupamentos parciais no período vespertino e 2 agrupamentos durante o período integral.

Embora os horários sejam das 07:30 - 11:30/ 13:30 - 17:30/ 7:30 - 16:30, atendendo a determinação do Ofício 04/2019 - SEMEDI, os portões são abertos 10 minutos antes, tanto na entrada quanto na saída, portanto, a partir de 07:20/13:20 as crianças são recebidas.

Dessa forma, o horário de funcionamento e o atendimento das crianças obedece a determinação contida no art. 31, inciso III da LDB 9394/96, sendo que as turmas e horários são distribuídos da seguinte forma:

PERÍODO	MANHÃ - 07:30 - 11:30	TARDE 13:30 - 17:30	INTEGRAL 07:30 - 16:30
TURMAS	Infantil 3 A	Infantil 2 B	Infantil 1 A
	Infantil 3 B	Infantil 3 C	Infantil 2 A
	Infantil 4 A	Infantil 4 c	
	Infantil 4 B	Infantil 4 D	

Esta organização de grupos e horários segue a Instrução 02/2020 - SEMEDI, que estabelece as diretrizes para o atendimento nas instituições de Educação Infantil.

Destacamos que a organização das ações cotidianas é flexível e totalmente ajustável às necessidades percebidas no caminhar diário com as crianças.

1.6.1 ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA OFERTADA

ETAPA	AGRUPAMENTO	QUANTIDADE DE CRIANÇAS
EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	INFANTIL 1 / Integral	10
EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	INFANTIL 2 A / Integral	14
EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	INFANTIL 2 B / Tarde	14
EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	INFANTIL 3 A / Manhã	20
EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	INFANTIL 3 B / Manhã	20
EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	INFANTIL 3 C / Tarde	20
EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA	INFANTIL 4 A / Manhã	20
EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA	INFANTIL 4 B / Manhã	20
EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA	INFANTIL 4 C / Tarde	20
EDUCAÇÃO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA	INFANTIL 4 D / Tarde	20

1.6.2 CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DE AGRUPAMENTOS ANUALMENTE

A organização escolar exige uma série de decisões estratégicas para garantir que as atividades pedagógicas ocorram com qualidade. Um dos processos mais importantes nesse sentido é o planejamento docente na distribuição dos agrupamentos. Este processo, quando é realizado considerando critérios democráticos e que visam atender as crianças prioritariamente, pode impactar diretamente a educação ofertada às crianças e construída com elas, o ambiente de trabalho e o bem-estar das educadoras.

O planejamento das professoras e agrupamentos é feita pela equipe gestora com base em critérios objetivos, como a observação do perfil docente conforme a faixa etária e a qualidade das relações interpessoais, tendo em vista que esta articulação impacta diretamente o relacionamento com as crianças. Entretanto, a participação das professoras nesse processo é igualmente crucial para a criação de um ambiente mais colaborativo e motivador.

A decisão de ouvir as docentes sobre seus agrupamentos e a afinidade com suas especificidades é uma maneira de valorizar sua experiência profissional e de promover o bem-estar no ambiente de trabalho.

Antes da projeção acerca da organização dos grupos de crianças, é realizada uma pesquisa interna que tem como objetivo entender quais são os focos de interesse de cada professora em relação ao agrupamento de crianças com os quais buscam trabalhar. currículo

Além de considerar as preferências pessoais, outro aspecto fundamental para essa distribuição é o perfil pedagógico de cada professora. O perfil pedagógico engloba não apenas as qualificações e a formação acadêmica de cada docente, mas também suas experiências profissionais, suas concepções, suas práticas pedagógicas, bem como a abordagem no tratamento e observação das especificidades das crianças, enquanto pessoas singulares.

Além de considerar os focos de interesse docente acerca dos agrupamentos, a pesquisa também inclui a indicação de possíveis docentes com as quais cada professora gostaria de partilhar sua sala referência. Essa indicação visa contemplar as trocas de experiências e interesses comuns entre as parceiras que ocuparão o mesmo espaço e os mesmos agrupamentos. Esta organização possibilita uma

alocação mais personalizada e ajustada à experiência e motivação de cada educadora.

A inclusão das educadoras nesta organização reflete a valorização das mesmas no processo decisório, pois garantem um espaço de fala que vai além de organizações que seguem critérios que priorizam e atendem um grupo específico. Este formato garante que todas possam manifestar-se acerca do lugar que desejam estar, contudo, destacamos que as necessidades humanas e pedagógicas das crianças sempre serão a prioridade.

Com essa prática as docentes sentem-se valorizadas e reconhecidas, pois o direito de participação é assegurado à todas, independente do tempo de serviço e isso reflete positivamente no ambiente organizacional da instituição.

Essa prática também contribui para um atendimento mais sensível às crianças, uma vez que consideramos as professoras situadas historicamente e contemplamos a qualidade das relações construídas cotidianamente com os diferentes grupos de Educação Infantil atendidos no CMEI.

1.6.3 QUANTITATIVO DE CRIANÇAS POR GRUPO

A organização dos grupos de crianças segue o critério de faixa etária pré estabelecido pela Deliberação Nº 01/2015 COMED/Paranaguá.

No entanto, apesar de seguirmos a divisão por faixa etária, prezamos pela integração entre os grupos de diferentes idades, do infantil 1 ao infantil 4 (infantil 4 porque é a faixa etária máxima que atendemos), pois acreditamos que os bebês aprendem com as crianças maiores e as crianças maiores aprendem com os bebês. Os menores querem imitar os maiores e os maiores cuidar dos menores. Sabemos que as aprendizagens que emergem dessa integração não se limitam a este fator, no entanto citamos um simples exemplo.

As integrações entre os diferentes grupos acontecem no parque, no pátio coberto, nos solários, e até mesmo nas salas de referência, com brincadeiras diversas, com a disponibilização de contextos investigativos, jogos simbólicos, com ambientações que contemplam as diferentes linguagens, entre outros.

Acreditamos que essa forma de organização está de acordo com nossa proposta pedagógica, uma vez que as crianças podem interagir umas com as outras,

encontrando inúmeras possibilidades de aprendizagem, como esclarece o Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998, p. 20)

Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar.

Nesse contexto, pensamos que estamos oferecendo às nossas crianças oportunidades de conhecerem a si próprias e o mundo que as cerca por meio das interações proporcionadas, pois a medida que interagem, vivenciam diferentes experiências por meio das quais criam, recriam, significam e ressignificam, assumindo-se protagonistas e construindo e ampliando seus conhecimentos sobre o mundo e sobre a vida.

As profissionais que assumem a regência dos agrupamentos de crianças são concursadas, com formação mínima exigida em magistério de nível médio.

Segundo o art. 20 da Deliberação Nº 01/2015 COMED/Pguá, a indicação para relação numérica entre professores e crianças atendidas está abaixo especificada:

RELAÇÃO ADULTO/CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
4 meses a 1 ano	1 profissional para cada 5 crianças
2 anos	1 profissional até 7 crianças
3 anos	1 profissional até 12 crianças
4 e 5 anos	1 profissional até 20 crianças

Desse modo, em acordo com a deliberação, considerando a relação idade/criança X quantidade/adulto, nossos grupos são assim constituídos:

Agrupamento	Faixa etária	Quantidade de crianças	Quantidade de educadoras
INFANTIL 1 / Integral	4 meses a 1, 11 meses e 29 dias	10	2
INFANTIL 2 A / Integral	2 anos a 2 anos, 11 meses e 29 dias	14	2
INFANTIL 2 B / Tarde	2 anos a 2 anos, 11 meses e 29 dias	14	2

INFANTIL 3 A / Manhã	3 anos a 3 anos, 11 meses e 29 dias	20	2
INFANTIL 3 B / Manhã	3 anos a 3 anos, 11 meses e 29 dias	20	2
INFANTIL 3 C / Tarde	3 anos a 3 anos, 11 meses e 29 dias	20	2
INFANTIL 4 A / Manhã	4 anos a 4 anos, 11 meses e 29 dias	20	1
INFANTIL 4 B / Manhã	4 anos a 4 anos, 11 meses e 29 dias	20	1
INFANTIL 4 C / Tarde	4 anos a 4 anos, 11 meses e 29 dias	20	1
INFANTIL 4 D / Tarde	4 anos a 4 anos, 11 meses e 29 dias	20	1

1.6.4 PROJETOS PRÓPRIOS DA INSTITUIÇÃO

EM CONSTRUÇÃO.

1.6.5 QUADRO DE HORÁRIOS DA EQUIPE DOCENTE E HORA ATIVIDADE

	EDUCADORAS	MANHÃ	TARDE
1	Alana Noemia Gonçalves dos Santos	07:30 – 11:30	13:30 – 17:30
2	Amanda Cunha Gonçalves Rodrigues	07:30 – 11:30	13:30 – 17:30
3	Ana Paula Tuchinski da Silva Botelho	07:30 – 11:30	13:30 – 17:30
4	Andréa do Rocio Gomes Neves	07:30 – 11:30	13:30 – 17:30
5	Beatriz Martins Alves	07:30 – 11:30	13:30 – 17:30
6	Bruna Theodoro de Mattos Duarte	07:30 – 11:30	13:30 – 17:30
7	Ingrid de Souza Santos	07:30 – 11:30	12:30 – 16:30
8	Julia Caroline Coca da Silva Bueno	07:30 – 11:30	13:30 – 17:30
9	Laís Miranda Cuch	07:30 – 11:30	13:30 – 17:30
10	Larissa Mendes Braga Cardoso da Silva	07:30 – 12:30	13:30 – 16:30
11	Letícia Aurea da Silva Rodrigues	07:30 – 12:30	13:30 – 16:30
12	Lorena Jacinto Vanhoni	07:30 – 11:30	13:30 – 17:30
13	Marilu Corrêa Ferreira	07:30 – 11:30	13:30 – 17:30
14	Priscila Moreira Lima Cardoso	07:30 – 11:30	13:30 – 17:30
15	Rafaele Veiga da Cruz Martins	07:30 – 11:30	13:30 – 17:30
16	Yasmin Alves Gonçalves	07:30 – 11:30	13:30 – 17:30

HORA ATIVIDADE				
MANHÃ				
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
Amanda 4h	Ana Paula 4h	Alana 4h	Alana 8h	Amanda 12h
Ingrid 4h	Beatriz 4h	Bruna 8h	Beatriz 8h	Marilu 8h

Lorena 4h	Julia 4h	Julia 12h	Laís 8h	
Marilu 4h	Laís 4h	Larissa 4h	Yasmin 8h	
	Rafaele 8h	Yasmin 4h		
TARDE				
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
Amanda 8h	Ana Paula 8h	Bruna 12h	Alana 12h	Ana Paula 12h
Bruna 4h	Julia 8h	Ingrid 12h	Beatriz 12h	Marilu 12h
Ingrid 8h	Laís 8h	Larissa 8h	Larissa 12h	
Lorena 8h	Rafaele 12h	Lorena 12h	Yasmin 12h	
Rafaele 4h				

Nota: Essa organização foi feita para 2024, ao início de cada ano letivo, novo cronograma será organizado.

1.6.6 PLANO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL

BRIGADA ESCOLAR

A formação de Brigadistas Escolares é realizada através de curso teórico e prático, ministrado pela Secretaria de Segurança, em parceria com a Academia de Formação e Capacitação da Guarda Civil Municipal.

Tem como objetivo oferecer às instituições de ensino a criação de uma cultura de prevenção a partir do ambiente escolar, em situações de emergência; proporcionar à comunidade escolar as



condições mínimas para ações de enfrentamento nas situações emergenciais, visando a redução de danos no interior das escolas; promover exercícios simulados de abandono emergencial da edificação escolar; capacitar servidores municipais com a formação de brigadistas escolares.

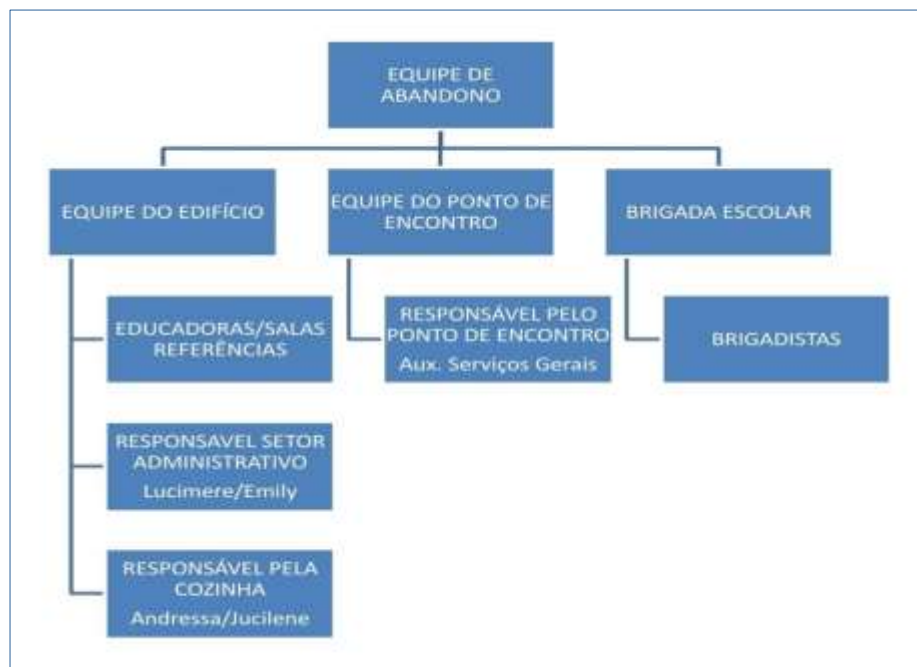
Participaram de turmas no ano de 2023 e 2024, as servidoras municipais: Andrea do Rocio Gomes Neves, Bruna Theodoro de Mattos Duarte, Carolina Eliza Poletti Cabral e Larissa Mendes Braga Cardoso da Silva – concluindo/completando a carga horária de 32 horas de curso (teórico + prático).

PAE – PLANO DE ABANDONO ESCOLAR

O Plano de Abandono Escolar é de responsabilidade da direção da escola, com o apoio da Brigada Escolar, com vistas à saída emergencial, de maneira organizada e segura, de todos os ocupantes da edificação escolar, colocando-os em um local seguro.

O planejamento contempla uma série de funções específicas para as quais os servidores são designados pela direção da escola. Cada função possui um rol de atribuições cujo desempenho garante a dinâmica de operacionalização do abandono propriamente dito. O Plano de Abandono deve levar em consideração o Planta de Risco da escola, pois esse mapa indica os principais riscos quanto ao incêndio e ao pânico presentes na edificação escolar. O planejamento procurará levar os ocupantes da edificação a percorrer caminhos que evitem locais considerados de maior risco, fazendo com que as pessoas saiam da edificação escolar percorrendo as rotas mais seguras possíveis.


O conjunto desses três grupos compõe a Equipe de Abandono da escola, que tem a diretora da Unidade Escolar como coordenadora do prédio.



Referência:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2015/cursobrigada/modulo3_planodeabandonoescolar.pdf>

1.7 CALENDÁRIO ESCOLAR



CALENDÁRIO

Educação Infantil e Ensino Fundamental 2025

CALENDÁRIO ESCOLAR 2025
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		LEGENDA		
D	S	T	Q	Q	S	S		
			1	2	3	4	FÉRIAS	
5	6	7	8	9	10	11	INÍCIO / TÉRMINO DO TRIMESTRE	
12	13	14	15	16	17	18	FORMAÇÃO CONTINUADA	
19	20	21	22	23	24	25	PLANEJAMENTO	
26	27	28	29	30	31		PRÉ - CONSELHO	
							CONSELHO DE CLASSE	
							PÓS - CONSELHO	
							ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO	
							FERIADO	
							RECESSO ESCOLAR	

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO																		
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
			1	2	3	4						1				2	3	4	5	6	7	8
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15		
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	30	31							
							30	31														

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO																		
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
			1	2	3	4						1				2	3	4	5	6	7	8
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15		
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	30	31							
							30	31														

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO																		
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
			1	2	3	4						1				2	3	4	5	6	7	8
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15		
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	30	31							
							30	31														

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO																		
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
			1	2	3	4						1				2	3	4	5	6	7	8
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15		
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	30	31							
							30	31														

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO																		
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
			1	2	3	4						1				2	3	4	5	6	7	8
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15		
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	30	31							
							30	31														

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO																		
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
			1	2	3	4						1				2	3	4	5	6	7	8
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15		
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	30	31							
							30	31														

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO																		
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
			1	2	3	4						1				2	3	4	5	6	7	8
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15		
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	30	31							
							30	31														

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO																		
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
			1	2	3	4						1				2	3	4	5	6	7	8
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15		
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	30	31							
							30	31														

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO																		
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
			1	2	3	4						1				2	3	4	5	6	7	8
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15		
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	30	31							
							30	31														

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO																		
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
			1	2	3	4						1				2	3	4	5	6	7	8
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15		
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	30	31							
							30	31														

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO																		
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
			1	2	3	4						1				2	3	4	5	6	7	8
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15		
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	2									

1.8 CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA APMF E CONSELHO ESCOLARIDADE

O calendário de reuniões da Associação de Pais, Mestres e funcionários do CMEI Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho terá datas definidas após o início do ano letivo 2025, com base no calendário letivo aprovado para o referido ano.

1.9 CALENDÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O calendário de prestação de contas da APMF será elaborado após o início do ano letivo 2025, embasado no calendário letivo aprovado para o referido ano.

2 CONCEPÇÕES

Na construção do Projeto Político Pedagógico, é imprescindível que sejam explanadas as concepções que o fundamentam, expressando a identidade da Instituição, pois são as concepções que determinam as formas que as crianças serão entendidas, consideradas e tratadas neste espaço que pertence à elas!

LEGISLAÇÕES ORIENTADORAS:

O pronunciamento do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara Educação Básica por meio da Resolução nº 5 e 17 de dezembro de 2009 (CNE/CEB Nº 05/2009), afirma que:

LDB 9394/96

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Resolução CNE/CEB nº05/2009

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Art.8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

A partir desses pronunciamentos, explicitaremos nossas concepções, mas para definirmos uma concepção de criança e infância, antes faz-se necessário um breve resgate histórico para se possa compreender as formas que a criança tem sido concebida historicamente.

Até o século XV a vida das crianças era como a dos adultos, inclusive corriam os mesmos riscos e se sujeitavam ao mesmo perigo e violência. A partir desse período, houve uma crescente preocupação com elas, repercutindo em mudanças de sentimentos e tratamentos. Outra consequência foi a preocupação com a educação e a ideia de educação para todos, reforçando ainda mais a construção social da infância.

A concepção de infância e criança ultrapassou diferentes momentos históricos até alcançar o espaço que ocupa hoje na sociedade. Foi apenas no século XVII que a organização familiar mudou, direcionando a centralidade para a criança e para a sua educação. Nesse contexto, Jean Jaques Rousseau (1712 - 1772) teve influência determinante, pois ele postulou que o mundo infantil era diferente do mundo adulto e que as crianças deveriam ser contempladas de acordo com as suas especificidades. A partir das contribuições desse autor, a criança deixou de ser vista como adulto em miniatura, passando a ser percebida como um ser que possui singularidades características da sua idade e do momento em que vive.

Segundo Avanzini e Gomes (2015), a partir do século XIX a infância passou a ser objeto de estudo de vários campos da ciência como sociologia, psicologia, psicanálise e pedagogia, que contribuíram para a conscientização da sociedade de

que a infância é uma fase muito importante na vida do ser humano já que as suas experiências enquanto criança podem determinar seu futuro como adulto.

No entanto, até então a criança era mais reconhecida como objeto do que como sujeito de fato, preocupava-se com seu desenvolvimento, mas não se dava atenção para suas vontades. Portanto, havia uma ideia de criança e infância padronizada que acabava por desconsiderar diversos fatores (sociais, econômicos, culturais, emocionais, etc.) que influenciam no comportamento, relacionamento, formação e desenvolvimento. É somente a partir no século XX que essa concepção perde forças e o olhar sobre a infância ganha um sentido diferente. São atribuídas as crianças direitos, deveres e também respeito as entendendo não mais a partir de um modelo universal, mas de forma a compreender as peculiaridades que cada uma possui. Além disso se reconheceu também que elas se desenvolvem e aprendem nas relações entre si e não apenas com os adultos, e mais que isso, elas têm suas próprias formas de interpretar o mundo. (AVANZINI; GOMES, 2015).

A infância é um período singular da vida humana vivenciado pela criança, não é uma preparação para a vida, é a própria vida. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) é considerada criança toda pessoa que possui até 12 anos incompletos, no entanto, a concepção de infância vai além de uma definição biológica, Kramer (2007, p. 13) relata que "[...] a infância é entendida como categoria social e como categoria da história humana", portanto, a criança é um ser completo e historicamente situado que vivencia relações que possibilitam a sua formação humana, a aquisição de conhecimentos historicamente acumulados como também a construção de novos conhecimentos e culturas. Durante essa fase da vida, a criança precisa ser contemplada nas suas peculiaridades e ser reconhecida como sujeito que possui uma forma própria de conhecer o mundo (RCNEI, 1998).

O avanço na concepção de infância possibilitou a criação de políticas e programas que visam assegurar os direitos das crianças. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) reconhece a criança como sujeito de direitos e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 21) afirma que "A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico [...]".

Diante disso, essa instituição concebe a criança como um ser humano integral, que possui direitos a serem respeitados, que possui uma história de vida a ser considerada, e que está imersa em um contexto social que precisa ser refletido e

transformado. A criança é dotada de inteligência e diferentes saberes, é curiosa, ativa, indagadora, criadora, transformadora, pesquisadora, produtora de cultura, enfim. É um ser pleno, em fase de descobrimento. É um sujeito ativo nas relações sociais que estabelece, que se desenvolve e que constrói conhecimentos por meio das interações constituídas com o outro e com o mundo que a cerca.

As políticas governamentais como a Constituição federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (1996) concebem a criança como um sujeito de direitos e asseguram a Educação Infantil como dever do Estado. Apesar de a conquista no campo legal estar presente já na Constituição de 1988, ela só é consolidada como primeira etapa da Educação básica com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, como nota-se no artigo 29

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A lei afirma que o objetivo da Educação Infantil é o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade, considerando todos os aspectos que a compõe, desse modo

A lei propõe a reorganização da educação, flexibilizando o funcionamento de creche e pré-escola, permitindo a adoção de diferentes formas de organização e prática pedagógica. As exigências presentes vêm definindo que a educação infantil tem função de educar e cuidar. (MARAFON, 2012, p. 109)

Como aponta o artigo 29 da LDB 9394/96 e esclarece Marafon (2012), o cuidar e educar na educação infantil são atos indissociáveis, eles jamais se separam, mas devem ser estreitamente vinculados, visando a efetivação de um trabalho pedagógico de qualidade, que possibilita para a criança a vivência de diferentes experiências e a construção de conhecimentos significativos.

Nesse sentido, compreendemos a Educação Infantil como processo de humanização, o CMEI é um espaço de formação humana, no qual a criança é respeitada e valorizada como sujeito de direitos, que possui, portanto, direito a autonomia.

Para garantir a formação integral das crianças, o espaço da Educação Infantil deve ser "um ambiente que garanta a segurança física e psicológica delas, que lhes assegurem oportunidades de exploração e de construção de sentidos pessoais que se preocupe com a forma pela qual elas estão percebendo-se como sujeito" (MARAFON, 2012, p. 132). A medida que, por meio das experiências, a criança tem possibilidades de compreender a sua realidade, de tomar decisões, de descobrir que pode agir sobre, que pode transformar, criar e recriar, ela desenvolve sua autonomia e constrói conhecimentos próprios, descobrindo-se ativa na construção de sua história.

De acordo com o Currículo Municipal, a concepção de desenvolvimento e aprendizagem desta instituição é pautada na teoria histórico-cultural, portanto entendemos que desenvolvimento e aprendizagem são processos que estão intimamente vinculados e que se relacionam dialeticamente. O desenvolvimento aqui citado corresponde ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Já a aprendizagem refere-se as relações que a criança estabelece a partir das interações com o meio.

Para Vigotski (1996), a realidade social é fonte de desenvolvimento, nesse sentido compreendemos que as aprendizagens culturais e sociais que a criança constrói são determinantes para o seu desenvolvimento biológico. Sendo assim, o desenvolvimento da criança depende do meio em que ela está inserida, como também das condições de aprendizagem que lhe são oferecidas.

Partindo desse princípio, é fundamental que os educadores proporcionem às crianças momentos de interações, trocas, pesquisas, descobertas, experiências, enfim, que ofereçam à elas possibilidades de conhecer, observar, analisar, testar, relacionar, contribuindo assim para a construção de diferentes sentidos, isto é, de aprendizagens significativas que impulsionem cada vez mais o seu desenvolvimento psíquico.

Assim, considerando também a importância da realidade social para a construção das aprendizagens infantis, assumimos o compromisso com uma formação cidadã desde a infância. Segundo Oliveira (2011, p. 52)

Ser cidadão significa ser tratado com urbanidade e aprender a fazer o mesmo em relação as demais pessoas, ter acesso a formas mais interessantes de

conhecer e aprender a enriquecer-se com a troca de experiências com outros indivíduos.

Dessa maneira, buscamos oportunizar para nossas crianças, por meio do faz conta e de rodas de conversa, momentos de reflexão sobre questões coletivas, incentivando-as a pensar e se interessar pelo outro, desenvolvendo atitudes de solidariedade.

Educar para a cidadania

Inclui, para cada criança, poder se expressar e respeitar a expressão do outro em relação a sentimentos, ideias, costumes, preferências, ser aceita em suas características físicas e morais, receber demonstração de interesse quando não comparece à creche ou pré-escola, demonstrar interesse em saber as razões da ausência de outra criança e criar formas não violentas de solução de conflitos. (OLIVEIRA, (org) 2012).

O professor enquanto mediador, exerce um papel crucial nesse contexto, promovendo por meio de princípios e práticas uma formação pautada no respeito, diálogo, reflexão, ética, valorização da diversidade, relações cordiais, entre outros.

Uma vez que procuramos valorizar nossas crianças e suas realidades, é nosso dever

conhecer e investir no que é do interesse das crianças, como forma de reconhecê-las como cidadãs de direito desde o nascimento. Desde muito cedo, as crianças manifestam interesses das mais diversas maneiras que sua experiência em cultura lhes possibilitou apropriar (OLIVEIRA (org.), 2012, p. 59).

O termo cultura, de acordo com Tylor (1871, p.1) apud LARAIA (2001, p.25) pode ser sintetizado como o " [...] todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábito adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade".

Dessa maneira, não consideramos a criança como uma tábula rasa, sem conhecimento nenhum, mas como alguém que é dotado de conhecimentos prévios já adquiridos, as quais pertencem a uma comunidade local, inserida em um contexto familiar, o qual possui uma história, crenças, valores, hábitos e costumes que precisam ser respeitados e valorizados.

Por isso, temos a criança como o ponto de partida para o trabalho educativo, levando em consideração a existência de uma cultura da infância e tendo a

consciência da mesma como produtora da sua própria cultura e conhecimento, como elucida Horn (2017, p. 18)

No âmbito da sociologia da infância, não podem ser esquecidas as contribuições de Corsaro (2011) e de Sarmiento (2004), que postulam que as crianças são agentes sociais, ativos e criativos, que produzem suas próprias culturas infantis enquanto contribuem para a construção das sociedades adultas.

É importante destacar que ao produzir sua própria cultura, a criança atribui para ações desenvolvidas por adultos diferentes significados e representações.

Considerando a vasta pluralidade cultural brasileira, reconhecemos que enquanto instituição de educação infantil, também somos marcados por essa diversidade.

Nesse âmbito,

O trabalho com a diversidade e o convívio com a diferença possibilitam a ampliação de horizontes tanto para o professor quanto para a criança. Isto porque permite a conscientização de que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior que oferece múltiplas escolhas (RCNEI, 1998, p. 77).

Portanto, no CMEI “Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho” buscaremos acolher as famílias, suas expressões e manifestações, compreendendo e respeitando os valores culturais de cada família e da comunidade em geral, vendo a diversidade como possibilidade de ampliação de repertório cultural para nossas crianças. Dessa forma, prezamos por um convívio estabelecido pelo diálogo, que respeite as diferenças independente de valores e crenças pessoais.

Como podemos observar nos estudos realizados por Tomaz Tadeu da Silva, identidade pode ser definida como aquilo que uma pessoa é. Como o autor mesmo descreve "- sou brasileiro, sou negro, sou estudante [...]" Silva(2000) apud MANTOAN (2015, p.34) dessa maneira o conceito de identidade parte de uma caracterização ideológica, cultural e individual na qual ela se constitui sempre em oposição ao que o outro é, uma vez que uma pessoa afirma ser Paranaense, logo ela não é Mato-grossense, tal afirmação traz consigo conceitos, valores e características próprias da identidade de tal pessoa.

Prosseguindo com o conceito sobre diferença definido pelo mesmo autor, podemos descrevê-lo como aquilo que o outro é. Como exemplifica o autor Silva (2000) apud MANTOAN (2015, p.34) "- ele é branco, ele é religioso, ele é deficiente". Como podemos observar, através desses dois conceitos, se nos voltarmos para uma educação que valorize a homogeneidade em detrimento da diferença, iremos promover políticas de exclusão e não é isso que queremos em nossa instituição.

Dessa maneira podemos observar que se queremos adotar práticas de valorização humana, que combatam ao preconceito e a exclusão social dentro do nosso CMEI,

Temos, então, de reconhecer as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas; enfim, precisamos construir uma nova ética escolar, que advém de uma consciência ao mesmo tempo individual, social (MANTOAN, 2015, p.36).

Ainda se referindo às questões de luta por valorização, Mantoan (2015, p.36) descreve que:

No desejo da homogeneidade, que tem muito em comum com a democracia de massa, destruíram-se inúmeras diferenças que hoje consideramos valiosas e importantes. Ao nos referirmos, atualmente, a uma cultura global e à globalização, parece contraditória a luta de grupos minoritários por uma política identitária, pelo reconhecimento de suas raízes (como fazem as pessoas com deficiência, os hispânicos, os negros, as mulheres, os homossexuais).

Sendo assim, em nosso CMEI acreditamos em uma educação infantil para todos, nosso objetivo enquanto instituição é oportunizar que nossas crianças tenham acesso à educação, podendo assim se desenvolver integralmente, de maneira que sintam-se acolhidas e respeitadas, independente daquilo que a possa diferenciar do outro.

2.2.1 Articulação entre as ações de cuidar e educar

Considerando que a criança é um ser humano integral, composta por aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais e que deve ser assistida de acordo com as suas peculiaridades, entendemos que na educação infantil o cuidar e o educar não se desvinculam, mas se unem visando o seu pleno desenvolvimento.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (1998),

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdo de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. (BRASIL, 1998, p. 41).

A partir do exposto no RCNEI (1998), compreende-se que ao agregar saberes de diferentes campos do conhecimento, o ato de cuidar torna-se também ato educativo. Nesse sentido, cabe ao professor articular o seu planejamento de modo que inclua o cuidado com as crianças na finalidade do fazer pedagógico, incentivando sempre que elas se apropriem de atitudes de autocuidado e de cuidado com os colegas e com o espaço em que estão inseridas, dando liberdade para que desenvolvam sua autonomia. O professor deve ser o mediador nos processos de construção do conhecimento, estando sempre pronto a ajudar a criança no que ela necessitar e a encorajá-la, mas não fazendo à ela o que pode fazer sozinha.

Assim, o educar e o cuidar constituem-se função específica da Educação Infantil, sobre isso Marafon (2012, p. 128) relata

Entendemos o cuidar como consideração das necessidades da criança em relação à qualidade da alimentação, proteção, saúde e afetividade. Para cuidar é necessário que sejam estabelecidos vínculos afetivos entre professor e aluno. Assim, cuidar da criança significa dar-lhe atenção, levando em consideração seu processo contínuo de desenvolvimento. Quanto a função de educar, sua caracterização se dá no compromisso pedagógico que se traduz na organização de situações em que a vivência das crianças, no que diz respeito ao conhecimento de mundo e de si mesma, envolvendo suas emoções e afetos, podendo resultar numa aprendizagem significativa.

Diante disso, colocamos em evidência mais uma vez que as ações de cuidar e educar na Educação Infantil são indissociáveis, e não apenas na Educação Infantil, pois essas ações, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2013) devem ser estendidas ao Ensino Fundamental, Médio e posteriores.

Para que a criança aprenda ela precisa estar alimentada, limpa, com saúde e precisa também de afeto e paciência. Como esclareceu Marafon (2012), o cuidar implica em dar atenção para as necessidades da criança contemplando seu processo de desenvolvimento, o educar, por sua vez é o pensar e planejar momentos que proporcionem a construção e ampliação do conhecimento de mundo e de si mesma a

partir das experiências e emoções vivenciadas até então, fazendo com que a criança obtenha uma aprendizagem carregada de sentido.

Sobre a articulação do cuidar e educar, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil trazem uma elucidação muito significativa

Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta. Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com criaturas tão imprevisíveis e diferentes quanto semelhantes, ao longo de uma existência inscrita na teia das relações humanas, neste mundo complexo. Educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo, ante a uma situação que requer cautela em busca da formação humana plena (DCNEI, 2013, p. 28).

Portanto, se cuidamos e educamos simultaneamente, compreendendo e articulando essas ações de maneira adequada, então entendemos que a educação é um direito que visa uma formação essencialmente humana.

Quanto às profissionais que atendem as diferentes faixas etárias não existe nenhuma divisão hierarquizada, nem em relação a idade das crianças e nem em relação à formação do profissional. Também não há divisão em relação às funções. Todas as educadoras são responsáveis por cuidado e educação e compreendem que o cuidar permeia todo o processo educativo. Em todas as experiências oportunizadas há a intencionalidade pedagógica atrelada ao cuidado com as necessidades da criança. Em tudo o que fazemos nesta instituição, buscamos contemplar a criança na sua integralidade, se importando, portanto, com o seu estado físico, emocional, intelectual e social.

2.2.2 Transição do CMEI para a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Quando a criança sai da nossa instituição e vai para o infantil 5 na Escola Municipal, ela presencia um ambiente diferente do qual estava habituada. Ambientes esses, onde as salas não possuem mesas, as propostas são investigativas, possuem autonomia e adoram explorar os materiais dispostos tanto em sala quanto na área externa do CMEI.

Na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental, geralmente a sala é organizada com carteiras enfileiradas, quadro verde onde utilizam a escrita, murais decorativos, e nesse contexto as interações e brincadeiras acabam sendo esquecidas, enfatizando a imagem do professor e não da criança, que passa por um processo preparatório para o Ensino Fundamental.

Com base nos estudos de Silva (2015), percebemos que as crianças que vão para o Ensino Fundamental continuam a preferir os momentos lúdicos, os quais envolvem as interações, brincadeiras e contação de histórias, o fato dessas práticas diminuir radicalmente e, em alguns casos, se restringirem apenas ao intervalo, gera grande descontentamento, afetando inclusive a aprendizagem, devido a descontinuidade de seus processos, que por vezes são marcados por rupturas abruptas.

Podemos entender a importância de respeitar a infância, trazendo para a sala diferentes possibilidades e formas lúdicas de mediar os processos de ensino e aprendizagem, como também compreendemos a necessidade de potencializar as experiências das crianças na sua relação com o mundo, com a vida.

Contudo, quando uma instituição que atende a Educação Infantil se dedica ao preparo para o Ensino Fundamental, priorizando atividades de ler, escrever e contar, o caráter educativo é reduzido a um treinamento mecânico, que se faz por meio de ações repetitivas e aulas descontextualizadas e desconectadas da prática social.

As pesquisas desenvolvidas acerca desta temática revelam que quando a Educação Infantil é colonizada por sistemas escolarizantes (Martins Filho, 2023),

Projeta-se um cotidiano sem o pulsar da vida, sem a permissão do movimento próprio do viver: sentado por um longo tempo, esperar sempre pelos outros, comer as mesmas coisas, ir ao banheiro no mesmo horário, desenhar, pintar e recortar o mais do mesmo. Assistimos à configuração de uma homogeneidade de comportamentos, vontades e desejos por meio de um processo de escolarização (MARTINS FILHO, 2023, p. 32).

Contribuindo com essa reflexão, o pronunciamento do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara Educação Básica por meio da Resolução nº 5 e 17 de dezembro de 2009, em seu Art. 11º, afirma que:

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

Diante do exposto, entendendo que a transição do infantil 4 no CMEI para o infantil 5 da Escola Municipal marca essa transição entre etapas, porém, podemos alegar que não é a Educação Infantil que prepara a criança para o Ensino Fundamental, mas esse que deve reorganizar-se em sua estrutura, formas de gestão, ambientes, espaços, tempos, materiais, conteúdos, metodologias, objetivos e planejamentos para recebê-la de tal forma que ela se sinta inserida e acolhida. Portanto, as Escolas que recebem as crianças vindas dos CMEI's devem respeitar suas especificidades, seus conhecimentos prévios, bem como zelar pelo seu direito de ser criança.

Desta forma, defendemos que a transição do CMEI para a Escola deve ocorrer da forma mais natural possível, não provocando nas crianças rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização.

Para isso, acreditamos que a transição e as construções nessa nova etapa necessitam estar embasada no conhecimento de mundo que a criança já possui e no que ela é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Um desafio colocado pela transição, deve-se ao fato de que as crianças que saem do CMEI vão para diferentes escolas, por opção da família e conforme a disponibilidade de vagas nos períodos desejados. Isso dificulta a realização de visitas, tendo em vista a inviabilidade logística de levar os grupos de infantil 4 para visitar diferentes lugares. Entretanto, nos períodos finais de ano letivo, orientamos as famílias a visitarem as escolas em que desejam matricular seus filhos, a conversarem com as equipes e a esclarecerem dúvidas.

Sendo assim, concordamos com a Matriz Curricular da Rede Municipal de Ensino das etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental (Paranaguá/PR) que afirma que as informações contidas em pareceres e portfólios podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada criança no Infantil 5 e, portanto, nos colocamos à disposição das escolas para conversas, visitas e troca de materiais e experiências de modo a contribuir com a inserção das nossas crianças nessa nova etapa de suas vidas.

2.2.3 Educação para as Relações Étnico-raciais

As relações raciais no Brasil passaram a ocupar um espaço cada vez maior entre os objetos de estudos de trabalhos científicos, sobretudo a partir da promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e obrigam as instituições educacionais a reverem seus currículos.

Buscamos estratégias para que todo o ambiente escolar tenha uma aprendizagem digna, feliz, igualitária, equânime (trazendo elementos e possibilitando vivências para as crianças). A capacitação ou formação do professor é o ponto inicial para que seja efetiva na jornada educativa. Bem como trazer as pautas indígenas para essa discussão e prática pedagógica.

2.2.4 Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes

A Busca Ativa tem como objetivo garantir a permanência e o retorno da criança a Instituição de Ensino, sendo a frequência monitorada semanalmente.

Conforme a Instrução Normativa Nº 04/2023 – SEMEDI, a busca ativa é realizada de acordo com a identificação, registro em ata e controle do acompanhamento das crianças matriculadas no CMEI que apresentam infrequência (em situação de risco ou evasão escolar).

2.2.5 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar (Sistema da Rede de Proteção – SERP e Conselho Tutelar)

O Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP) é o sistema para preenchimento e fluxo dos encaminhamentos previstos no Caderno do Programa de Combate ao Abandono Escolar (PCAE). O sistema permite a tramitação dos casos de infrequência na Rede de Proteção de forma on-line, eliminando as fichas físicas, dando celeridade às ações. O Caderno do Programa de Combate ao Abandono

Escolar é o documento orientador no combate ao abandono escolar e o SERP é o sistema de registro dos casos de infrequência.

Após constatar a ausência de 15 dias consecutivos ou 30 alternados da criança, sem justificativa na participação das aulas, a equipe gestora deve iniciar o processo da busca ativa de acordo com o Sistema Educacional da Rede de Proteção – SERP. O SERP deverá ser preenchido com os dados apenas das crianças infrequentes. O Sistema deverá constar detalhadamente a quantidade de tentativas, as datas da busca ativa, os responsáveis contatados, os acordos estabelecidos e os instrumentos que a equipe estabeleceu para entrar em contato com a família. Esgotadas as tentativas da instituição em contatar a família da criança que não apresenta frequência, a equipe gestora deverá comunicar o Conselho Tutelar através de relatório e posteriormente inserir no SERP. Para que assim, o Conselho atue e aplique as Medidas de Proteção cabíveis, a fim de garantir o vínculo e o pertencimento da criança ao ambiente escolar.

2.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO

Para abordar a gestão de nossa Instituição, torna-se necessário compreender o próprio conceito de administração ou de gestão. Adotando o conceito mais geral de administração como "utilização racional de recursos para a realização de fins determinados" (Paro, 2012, p.25), um primeiro aspecto que nos deve chamar atenção é a necessidade de adequação dos meios aos fins.

Atividades-meio são aquelas que, embora referindo-se ao processo ensino-aprendizagem, não o fazem de maneira imediata, colocando-se, antes, como viabilizadoras ou condições para a realização direta do processo pedagógico escolar que se dá predominantemente em sala de aula. Destacam-se, entre estas, as operações relativas à direção escolar, aos serviços de secretaria e às atividades complementares e de assistência ao escolar (PARO, 2000, p.72).

Diante disso, compreendemos que as atividades meias se referem as atividades administrativas que possibilitam a concretização das atividades-fim,

Atividades-fim da escola referem-se a tudo o que diz respeito à apropriação do saber pelos educandos. Nelas inclui-se a atividade ensino-aprendizagem propriamente dita, desenvolvida dentro e fora da sala de aula; mas não é

impróprio incluírem-se também os serviços de coordenação pedagógica e orientação educacional, na medida em que estes também lidam diretamente com questões pedagógicas (PARO, 2000, p. 75).

Assim entendida, o princípio fundamental da gestão escolar passa a ser o da necessária coerência entre os meios e os fins. Nesta perspectiva, Alonso (2002, p.23), salienta que o trabalho de gestão não comporta separação das tarefas administrativas e pedagógicas nos moldes em que costuma ocorrer. Pois o trabalho administrativo somente ganha sentido a partir das atividades pedagógicas que constituem as atividades-fim, pois é por meio delas que os objetivos educacionais se concretizam.

Com a Constituição federal de 1988, a Gestão do Ensino Público foi democratizada, desse modo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), determina:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, LDB 1996)

O artigo 14 da mesma lei afirma que os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades com os seguintes princípios:

I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, LDB, 1996).

Diante desses pronunciamentos legais, entendemos que a participação dos profissionais da educação e membros da comunidade é um fator preponderante na administração escolar como também na elaboração do PPP.

A gestão democrática propõe a descentralização da educação, conforme Libâneo (2004) esclarece:

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação. (LIBÂNEO, 2004, p. 102)

Para a efetivação da gestão democrática na Instituição, é preciso olhar atentamente alguns pontos: os mecanismos de participação da comunidade escolar e a garantia de financiamento das escolas pelo poder público. A democratização da gestão por meio do fortalecimento dos mecanismos de participação na escola, em especial do Conselho Escolar, pode apresentar-se como uma alternativa criativa para envolver os diferentes segmentos da comunidade local e escolar nas questões e nos problemas vivenciados pela instituição.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, possui função deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora a respeito da organização e realização do trabalho realizado no CMEI, em conformidade com as políticas e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação, bem como com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar, assegurando que a instituição cumpra sua função social.

É um mecanismo de implementação da gestão democrática de extrema importância, pois contribui para a efetivação da participação de segmentos da Comunidade Escolar nas tomadas de decisões, referentes aos âmbitos administrativo e pedagógico, garantindo assim, a autonomia da instituição e prezando sempre pela qualidade do ensino oferecido.

Para que haja uma gestão escolar com efetividade em todas as suas dimensões, é imprescindível que esta seja, sobretudo, democrática. A democratização se dá com a participação de todos, da administração ao que é especificamente pedagógico.

Sabemos da importância da troca de experiências para o crescimento de todos os envolvidos nesta instituição, portanto buscaremos o diálogo e a transparência, visando sempre melhores condições educacionais para a implementação da proposta pedagógica. Enfim, estas trocas que serão constituídas

por meio do diálogo, certamente trarão possibilidades enriquecedoras para os envolvidos, fortalecendo a união e o comprometimento com nossas crianças.

Outro mecanismo de gestão democrática essencial e efetivo em nossa instituição é a Associação de Pais, Mestres e Funcionários. A APMF do CMEI Ângela Catarina é engajada em decidir acerca do levantamento e utilização dos recursos próprios e provenientes do Governo Federal, visando o desenvolvimento com qualidade das atividades-fim da escola, isto é, sua organização e definições prioritárias circundam a dimensão pedagógica.

2.3.1 Articulação entre a instituição, a família e a comunidade

Buscamos construir uma relação de proximidade e confiança com as famílias, oferecendo sempre a oportunidade de livre diálogo com a equipe pedagógica e as educadoras.

Uma de nossas metas no processo pedagógico, é promover a participação efetiva dos familiares a partir de momentos oportunos de integração entre família e CMEI. Entre as práticas desenvolvidas, podemos mencionar o “Dia da Família” - onde os familiares participam de propostas junto com as crianças; a “Festa Cultural Caiçara” - que geralmente ocorre no segundo semestre do ano letivo e tem o intuito de fortalecer a identidade cultural, por meio do conhecimento e valorização da cultura local; também realizamos “Encontros Trimestrais”, direcionado para o compartilhamento da Documentação Pedagógica do trimestre que findou, permitindo que os familiares possam dialogar com as educadoras sobre os processos que as crianças têm vivenciado, sobre suas conquistas e desafios.

As famílias têm livre acesso às salas de referência nos momentos de entrada e saída. Enquanto aguardam o horário de levar as crianças nas salas, os familiares ocupam os bancos do refeitório e as crianças brincam no espaço do CMEI, essa prática fortalece o vínculo de confiança entre familiares, crianças e professoras, tendo em vista que podem se relacionar cotidianamente e também podem observar os espaços ocupados pelas crianças, que frequentemente são reorganizados.

A comunicação com a família é feita por meio de reunião, recados na agenda, comunicado no portão, por meio das professoras e grupos de whatsapp e página do facebook.

Temos o compromisso de partilhar as informações e conhecimentos sobre a organização do CMEI e sobre a proposta pedagógica desenvolvida. Buscamos ouvir os familiares, construindo uma relação de troca, abrindo espaço para que façam seus questionamentos, tragam sugestões e participem das decisões.

Na Gestão Democrática, os familiares são parte fundamental nas decisões a serem tomadas pela Instituição, e o apoio é imprescindível para a efetivação de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

2.3.2 Articulação entre a diretora, a pedagoga e as demais profissionais

A equipe gestora tem a função de coordenar o esforço humano coletivo (Paro, 2012) em todas as dimensões, visando o alcance da finalidade educativa, isto é, diretora e pedagoga devem provocar trocas e reflexões que possibilitem a efetivação da função social da Educação infantil. Essa articulação envolve inúmeros desafios, entretanto,

Em tempos obscuros como os que vivemos hoje, de ascensão do neoconservadorismo e da intolerância, nossa saída é reforçar nossa crença na nossa capacidade, como educadoras e educadores, docentes e discentes, de enfrentá-los com lucidez e força. Se a inteligência da realidade histórica nos incita ao pessimismo, a nossa vontade política nos faz um convite ao otimismo (Gadotti, 2024).

Nesse sentido, no CMEI Ângela Catarina, o desafio de articular as relações entre a equipe gestora e as profissionais do CMEI pauta-se na escuta, no diálogo, na práxis reflexiva e em decisões coletivas. As educadoras participam dos processos decisórios que envolvem o trabalho pedagógico, expressando limitações, conquistas, potencialidades e necessidades percebidas nas ações cotidianas, bem como contribuem para que diretora e pedagoga redirecionem o olhar, sempre que necessário. A equipe gestora busca acolher as demandas manifestadas, e pensa estratégias que possam oferecer o suporte adequado para a qualidade educativa.

Contudo, a atuação coletiva, ancorada na escuta e no respeito às diferentes perspectivas, contribui significativamente, não só para os processos pedagógicos, mas para a construção de um ambiente que acolhe a diversidade humana,

possibilitando um espaço adequado para que as crianças se desenvolvam plenamente.

2.3.3 Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional

A abordagem acerca de ocorrências pedagógicas e interpessoais é feita por meio do diálogo e respeito mútuo, na busca pela resolução das problemáticas e divergências. Todos os registros são realizados no livro ata para reuniões particulares.

2.3.4 Articulação entre a Unidade Educacional e a mantenedora

A articulação entre a mantenedora e a instituição é efetivada por meio de formações previstas em calendário, orientações burocráticas, reuniões de orientação pedagógica, fornecimento de materiais e suprimentos, bem como a realização de serviços estruturais.

2.3.6 Articulação entre as profissionais da educação e crianças

A articulação entre profissionais e crianças no CMEI Ângela Catarina tem papel crucial no desenvolvimento integral dos pequenos, considerando suas necessidades cognitivas, emocionais, sociais e físicas. Enquanto ambiente educacional voltado para a infância, tem a responsabilidade de oferecer condições adequadas para que as crianças se desenvolvam plenamente, o que exige um trabalho conjunto e coordenado entre as profissionais.

Isso implica em uma escuta ativa, que possibilita a identificação das demandas emocionais e pedagógicas, permitindo intervenções apropriadas sensíveis ao contexto de vida de cada criança. Nesse processo, as educadoras devem se atentar tanto ao aspecto cognitivo como ao afetivo, histórico e social, garantindo um acompanhamento que respeite as singularidades das crianças.

É fundamental que as professoras estabeleçam uma relação de confiança e respeito com as crianças, criando um ambiente seguro e acolhedor, propício para o aprendizado e para as diferentes formas expressivas. Esse vínculo afetivo facilita a

construção de uma comunicação horizontalizada, essencial para o processo de socialização, para a forma que a criança se percebe no mundo e para a aprendizagem significativa.

Além disso, o trabalho articulado entre os que atuam no CMEI permite a criação de um plano de ação integrado, no qual as estratégias pedagógicas e de cuidado são ajustadas conforme as necessidades e particularidades de cada criança. Essa abordagem favorece a inclusão, o desenvolvimento social e a superação de desafios, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais equitativo.

A colaboração entre os profissionais também se estende às famílias, com o intuito de garantir a continuidade do processo educativo e de apoio em casa. A troca de informações entre o CMEI e a família possibilita uma compreensão mais ampla das necessidades da criança, promovendo o fortalecimento dos laços entre as esferas educacional e familiar.

Portanto, a articulação entre profissionais e crianças no CMEI é essencial para criar uma rede de apoio que favoreça o desenvolvimento global da criança. A prática de um trabalho coletivo, baseado na escuta, respeito e colaboração, é fundamental para proporcionar uma educação de qualidade, que reconheça e valorize a individualidade de cada criança, promovendo seu bem-estar e aprendizado contínuo.

2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

Para construir uma instituição pública com qualidade para todas as crianças, são necessárias a tomada de decisões e o desenvolvimento de ações que tenham ponto de partida na realidade concreta, tais ações e decisões devem ser pautadas em objetivos que visem manter ou transformar a realidade existente, para isso o planejamento é fundamental.

Entendemos o planejamento educacional “como ação intencional voltada para a realização dos fins da educação” (SOUZA, et.al, 2005, p. 1).

A leitura que fazemos acerca dos fins da educação, estão de acordo com a seguinte definição

Atividades-fim da escola referem-se a tudo o que diz respeito à apropriação do saber pelos educandos. Nelas inclui-se a atividade ensino-aprendizagem propriamente dita, desenvolvida dentro e fora da sala de aula; mas não é

impróprio incluírem-se também os serviços de coordenação pedagógica e orientação educacional, na medida em que estes também lidam diretamente com questões pedagógicas (PARO, 2000, p. 75).

Assim, planejar na instituição educativa, consiste em definir objetivos e ações que possibilitem a efetivação da prática pedagógica com qualidade e em diálogo com a realidade contextual.

Na escola pública, considerando a instituição da gestão democrática a partir da Constituição Federal de 1988, “enquanto ação intencional e planejada, a educação escolar se constitui na mobilização de um conjunto de sujeitos em torno de um projeto comum” (SOUZA, et.al, 2005, p. 1).

Portanto, o planejamento educacional é coletivo e deve ter como referência a função social da escola. O ato de planejar envolve três movimentos: “que se tenha clareza de onde se quer chegar; que se consiga dimensionar a que distância se está desse ponto de chegada; e que se defina o que se deve fazer para diminuir essa distância” (SOUZA, et.al, 2005, p. 1).

O planejamento assim compreendido, implica em projetar a realidade desejada, com base em nossos ideais de educação e sociedade; fazer um diagnóstico acerca de como e onde estamos, situando-nos a que distância estamos do que almejamos; e em definir ações que nos levem a concretizar o que projetamos.

No que diz respeito ao planejamento educacional, a determinação dos pontos de chegada vai do anúncio de grandes finalidades, de caráter mais abrangente, que apontem para a função social que a escola tem a desempenhar, até a demarcação de objetivos e metas mais imediatos que indiquem caminhos visíveis para a realização do trabalho educativo (SOUZA, et.al, 2005, p. 2).

Desse modo, para que a escola cumpra sua função social, “são necessárias ações, da gestão escolar ao especificamente pedagógico” (SOUZA, et.al, 2005, p. 2), que possibilite o enfrentamento da exclusão social e a construção da cidadania.

A função social que mencionamos, refere-se à apropriação dos saberes historicamente acumulados, “tendo como horizonte a emancipação dos indivíduos” (SOUZA, et.al, 2005,p.3).

Tendo em vista que ao falarmos de educação falamos de toda uma comunidade escolar que envolve, professores, profissionais, crianças, famílias, movimentos sociais

organizados, a projeção do ponto de chegada não pode dar-se de forma solitária, hierarquizada ou autoritária.

Deste modo, salientamos que concebemos o planejamento educacional como ação coletiva, que não se faz a partir do vazio, ao contrário, é construído de forma ancorada, tanto na realidade local em que a instituição está inserida, como também na totalidade histórica, e por isso assumimos o compromisso com uma educação que expresse um projeto de sociedade mais inclusivo, democrático e equitativo. Portanto, corroborando com o projeto de sociedade que estamos a serviço, todas as ações educativas neste CMEI são planejadas de modo que fortaleçam a humanidade e autonomia das crianças e que contribuam para a instituição democrática.

2.4.1 Plano de Ação da Diretora

1 JUSTIFICATIVA

O presente plano, justifica-se pela recondução à gestão no período pós pandêmico e também pela mudança de instituição nesse período, tendo em vista que iniciei uma nova gestão em uma instituição nova, que iniciou seu período letivo em 2023.

Este documento explicita os desafios encontrados no cotidiano do CMEI, bem como aponta estratégias de ações a serem desenvolvidas para a superação do cenário atual.

Ressalta-se que todos os objetivos aqui definidos contribuem para a efetivação de uma Educação Infantil Pública de Qualidade, pautada na ética, no respeito, na cooperação, na autonomia, entre outros valores, sendo portanto, comprometida com uma sociedade mais humana, justa e igualitária.

2 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Este plano refere-se ao Centro Municipal de Educação Infantil Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho, o qual situa-se na Rua Arsênio Bento dos Santos, Sem Nº., CEP: 83.212-480, Bairro Labra – Parque São João.

3 ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

O CMEI Ângela Catarina atende a Etapa da Educação Infantil, recebendo crianças de 4 meses a 5 anos, cujos agrupamentos dividem-se em Infantil 1, Infantil 2, Infantil 3 e Infantil 4.

A estrutura deste CMEI é privilegiada, é uma riqueza ofertada às crianças da Comunidade do Bairro Labra e entorno, é o atendimento do direito das crianças com compromisso, responsabilidade e qualidade.

O espaço possui cozinha ampla, lavanderia, lactário, copa, pátio coberto/refeitório, secretaria, sala de professores, 6 salas referências, das quais 5 possuem acesso a banheiros com vaso sanitário e chuveiros, banheiros adaptados para crianças e adultos, 3 solários, área gramada, tanque de areia, almoxarifado, sala de amamentação, enfim. Posso dizer que o espaço físico do CMEI Ângela Catarina é um importante aliado no planejamento e oferta de experiências que potencializam as interações cotidianas, as vivências e descobertas das crianças.

4 COMPETÊNCIA 1 – COORDENAR A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Objetivo estratégico: Implementar uma gestão eficiente, coletiva, transparente, participativa

Problema/causa/desafio: Enquanto gestora e líder da equipe, preciso analisar a realidade e pensar estratégias de organização que alcancem a todos de forma positiva, para que a educação se efetive com qualidade.

Ações a serem realizadas:

Dimensão político-institucional: Sistematizar a organização cotidiana e reorganizá-la sempre que necessário, visando o bom andamento do trabalho diário; Manter a organização de toda documentação escolar e da vida legal da instituição; Elaborar um cronograma de ações que estão inseridas nas dimensões pedagógica, administrativo-financeira e pessoal e relacional; Atender a comunidade, sem dificultar o atendimento às suas demandas, estar a disposição para tratar questões relacionadas ao CMEI, fornecer as declarações que necessitam, orientar as famílias e propor ações que tragam as famílias pra mais perto; Envolver a participação de todos no planejamento das ações para que se sintam corresponsáveis; Manter uma organização institucional de modo que atenda e beneficie a todos os envolvidos no processo educativo, direta

ou indiretamente; Agregar ações a partir da constatação de novas problemáticas; Constituir o Conselho Escolar.

Dimensão Pedagógica: Mobilizar todos os recursos, humanos e materiais, visando alcançar a finalidade da escola, que tem razão de ser na sua função pedagógica; Conduzir o trabalho pedagógico, fazendo com que ele esteja comprometido com o Projeto Político Pedagógico da Instituição por meio de monitoramento trimestral;

Dimensão administrativo-financeira: Realizar a gestão financeira junto a Associação de Pais, Mestres e Funcionários e Conselho Escolar, em cronograma de reuniões estabelecidos previamente por estes órgãos colegiados; Zelar pela estrutura física, conscientizando e orientando a equipe de profissionais da instituição; Cuidar dos mobiliários e todo patrimônio público, buscando mantê-los em bom estado e conscientizando a equipe para isso, deixando todos os itens listados em inventário.

Dimensão pessoal e relacional: Acolher a equipe, exercitar a escuta sensível, apoiar e promover encontros que visem empoderar as pessoas e fortalecer seu potencial; Realizar uma comunicação assertiva, respeitosa e eficiente.

Cenário atual: O CMEI segue com uma organização, não pensada e sistematizada a partir dessas dimensões.

Cenário pretendido: A partir do entendimento das quatro dimensões da competência 1, pretende-se realizar ações que coadunem com a efetivação de uma gestão eficiente, democrática, coletiva, participativa e transparente. Tais ações terão cronograma permanente de realização, garantindo a boa organização da instituição.

Prazo para conclusão das ações: Ações pontuais (conselho escolar) – Dezembro de 2023. Demais ações - permanentes.

5 COMPETÊNCIA 2 – PREZAR PELA CULTURA ORGANIZACIONAL

Objetivo estratégico: Promover um ambiente produtivo e acolhedor.

Problema/causa/desafio: Necessidade de construir um clima organizacional enquanto promotor de um ambiente produtivo e acolhedor, possibilitando um ambiente de ensino e aprendizagem de qualidade, uma vez que a ambientação influencia as relações, tanto dos adultos, como das crianças com o mundo que as circunda, com colegas e professoras.

Ações a serem realizadas: Expor o cronograma de organização cotidiana em local estratégico; Manter os espaços limpos e organizados; Manter em fácil acesso, materiais e livros que contribuem para a qualidade do trabalho desenvolvido; Preparar e manter espaços acolhedores, com arranjos e frases que tragam leveza à rotina de trabalho; Dispor elementos que nos remetam constantemente à concepção de Educação Infantil que acreditamos; Fazer com que o CMEI seja um espaço democrático e acessível para todos.

Cenário atual: Cultura organizacional não definida.

Cenário pretendido: Estabelecimento de uma cultura organizacional intencional, que contribua para a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem.

Prazo para conclusão das ações: Implementação – setembro de 2023. Manutenção permanente.

6 COMPETÊNCIA 3 – COLOCAR A BNCC EM PRÁTICA

Objetivo estratégico: Conhecer efetivamente a Base Nacional Comum Curricular e entender o contexto de sua elaboração;

Problema/causa/desafio: Necessidade de apropriação da BNCC e conhecimento do seu processo de elaboração para entender a partir de que contexto foi pensada.

Ações a serem realizadas: Formação em serviço por meio de exposição, leituras, análises e troca entre pares.

Cenário atual: Conhecimento raso, utilização das experiências e objetivos de aprendizagem na elaboração dos planejamentos.

Cenário pretendido: Conhecimento da BNCC com profundidade, conhecimento das etapas de sua elaboração, domínio do documento, entendimento dos marcos legais que a embasam, dos fundamentos pedagógicos, de sua estrutura, concepção de Educação Infantil, enfim. Pretende-se compreender a Base nas entrelinhas e entendê-la dentro de um contexto historicamente situado.

Prazo para conclusão das ações: Reflexões durante os percursos letivos, prazo final 2025, entretanto, destacamos que como seres inacabados e profissionais em formação diária, o movimento de refletir sobre a BNCC e sobre o campo curricular deve ser uma constante em nossa prática pedagógica.

7 COMPETÊNCIA 4 – VALORIZAR A EQUIPE ESCOLAR

Objetivo estratégico: Formar uma equipe empoderada e corresponsável pelo trabalho desenvolvido no CMEI.

Problema/causa/desafio: É fundamental que todos da equipe se sintam valorizados, que se sintam capazes e também responsáveis pelas ações realizadas. Enquanto gestora, desejo promover um ambiente profissionalmente saudável, para que a equipe tenha consciência de seu potencial e se engaje com prazer no trabalho desenvolvido.

Ações a serem realizadas: Escutar a equipe, conversando individualmente com cada funcionário uma vez ao mês, ouvir suas críticas, seus pontos de vista, suas contribuições sobre o que pode e precisa melhorar; Realizar dinâmicas de grupo que provoquem reflexões e despertem o potencial individual e coletivo; Promover passeios culturais semestralmente, para compartilhar momentos fora do CMEI, que agreguem conhecimento; Proporcionar encontros semestrais com profissionais de diferentes áreas que possam contribuir para que a equipe de profissionais do CMEI se sinta acolhida, contemplada e encorajada; Dar visibilidade ao trabalho da equipe por meio da página do CMEI; Desenvolver o projeto Experiência da mesa, refeição coletiva para promover a proximidade, construção ou fortalecimento do vínculo, a superação de diferenças.

Cenário atual: A equipe do CMEI tem dado o melhor de si, conforme suas possibilidades. Todos se esforçam para realizar um bom trabalho, apesar das dificuldades que possam encontrar na caminhada.

Cenário pretendido: Fazer com que o passar do tempo não mate a motivação, não esfrie o interesse desse primeiro ano de funcionamento da instituição, mas que por meio das ações realizadas todos se sintam fortalecidos para continuar, com alegria, compromisso e engajamento, tendo como foco a oferta de uma Educação de qualidade para nossas crianças.

Prazo para conclusão das ações: Contínuo.

Objetivo estratégico: Promover o conhecimento das Competências gerais docentes.

Problema/causa/desafio: Superar as limitações no que tange ao desenvolvimento das atribuições docentes, valorizar a profissionalização docente.

Ações a serem realizadas: Estudo crítico das Diretrizes Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC – Formação

Continuada); Reflexão e discussão sobre as competências gerais docentes; Realização de seminário.

Cenário atual: A equipe docente realiza seu trabalho conforme as solicitações da equipe gestora, tendo como base o regimento interno, a Instrução da Educação Infantil 02/2015 – COMED/PGUÁ, e o Projeto Político Pedagógico.

Cenário pretendido: Conhecimento crítico acerca das definições das competências gerais docentes, percebendo as tensões no diálogo com a realidade concreta. Reconhecimento, valorização e fortalecimento da autoria docente por meio da sua profissionalização, guiando a equipe para uma atuação consciente.

Prazo para conclusão das ações: Julho de 2025 / Reflexões contínuas.

8 **COMPETÊNCIA 5 – COORDENAR O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)**

Objetivo estratégico: Implementar o Projeto Político Pedagógico com corresponsabilidade.

Problema/causa/desafio: É preciso fazer com que todos se apropriem e se sintam responsáveis pela proposta explicitada no Projeto Político Pedagógico do CMEI.

Ações a serem realizadas: Práxis reflexiva a partir de dados concretos apresentados pela equipe; Rever o trabalho realizado a partir da avaliação dos processos de ensino e aprendizagem vivenciados pelas crianças; Monitoramento contínuo com elaboração de síntese trimestral.

Cenário atual: Projeto Político Pedagógico elaborado a partir de reflexões coletivas realizadas conforme o calendário letivo e em dias definidos pela própria instituição.

Cenário pretendido: Efetivação da proposta pedagógica, reflexão sobre a prática, reorientação do projeto político pedagógico a partir da prática, transformação da prática a partir da teoria, engajamento em um projeto comprometido com a realidade educativa e com um projeto de sociedade democrática.

Prazo para conclusão das ações: Reformulação conforme as necessidades constatadas a partir de sínteses trimestrais.

9 **COMPETÊNCIA 6 – GERENCIAR OS RECURSOS COM EFICIÊNCIA;**

Objetivo estratégico: Constituir a Associação de Pais, Mestres e Funcionários e realizar o Cadastro de Unidade Executora no Programa do Governo Federal.

Problema/causa/desafio: Para que a instituição possa receber recursos de programas federais, é necessário a constituição de uma unidade executora de natureza privada com representantes dos segmentos da comunidade escolar, que ficará responsável por administrar e prestar contas dos recursos recebidos.

Ações a serem realizadas: Assembleias para criação e aprovação do estatuto da associação; Assembleia de eleição; Registro em cartório, Cadastro nos programas federais.

Cenário atual: Instituição sem Associação de Pais, Mestres e Funcionários.

Cenário pretendido: APMF criada para realização do planejamento e execução dos recursos financeiros.

Prazo para conclusão das ações: Dezembro de 2023.

Objetivo estratégico: Coordenar o esforço humano coletivo para o alcance da atividade fim da escola (atividade fim refere-se ao pedagógico).

Problema/causa/desafio: É preciso mobilizar o grupo para focar no alcance dos objetivos do trabalho pedagógico com qualidade, é preciso engajar a equipe para a realização da função social do CMEI.

Ações a serem realizadas: Diagnósticos por meio de formulários do google direcionados tanto para a equipe de profissionais do CMEI, como para as famílias e para os representantes dos movimentos sociais organizados da comunidade; Avaliação institucional.

Cenário atual: Segundo ano de funcionamento da instituição, muitas ações acertadas, mas certamente há o que precisa ser revisto e tentado de uma forma diferente.

Cenário pretendido: Esforço coletivo engajado em uma Educação Infantil Pública de qualidade, portanto, transformadora.

Prazo para conclusão das ações: Semestral/anual.

10 COMPETÊNCIA 7 – TER PROATIVIDADE

Objetivo estratégico: Inovar o espaço externo.

Problema/causa/desafio: Quando as crianças vão para fora das salas, encontram poucas propostas que as provoquem para ações investigativas, desta forma, o espaço externo precisar ser enriquecido, inovado e renovado, de modo que potencialize as

interações das crianças, ofertando diversas possibilidades de explorações e experiências.

Ações a serem realizadas: Diagnóstico do espaço disponível; Definição do que será construído em cada espaço; Construção de um parque naturalizado; Construção de um espaço de escalada; Quadro de cerâmica para pintura com tinta; Espaço para desenho com tinta quadro; Construção de uma horta; Colocação de rede de praia.

Cenário atual: Espaço externo com playgrounds, pinturas no chão, tanque de areia e balanços de chita.

Cenário pretendido: Espaço potente, enriquecido com diferentes propostas que provoquem a ação das crianças.

Prazo para conclusão das ações: Julho de 2025.

11 COMPETÊNCIA 8 – PROMOVER A PARCERIA ENTRE A ESCOLA, FAMÍLIAS E COMUNIDADE

Objetivo estratégico: Aproximar a família do espaço do CMEI e aproximar o CMEI da comunidade.

Problema/causa/desafio: A pandemia do Coronavírus – COVID-19 criou um abismo no que se refere a presença da família na escola. E quando pensamos que estávamos superando esse distanciamento, acompanhamos a tragédia no CEI em Blumenau/SC, o que novamente nos impôs a necessidade de reduzir a circulação nos espaços escolares, pensando na segurança das crianças e profissionais que estão nas instituições. Esse último acontecimento mencionado nos gerou insegurança, e aos poucos estamos superando esta situação.

Ações a serem realizadas: Apresentar detalhadamente a proposta pedagógica do CMEI para as famílias; Promover a participação da família em experiências pedagógicas; Socializar o cotidiano do CMEI por meio da página e dos grupos de whatsapp das turmas; Acolher as angústias, bem como as sugestões das famílias; Propiciar ações colaborativas junto a comunidade, como o projeto acerca do descarte e separação do lixo; Receber as demandas da comunidade, para que juntos possamos trabalhar para a superação das situações-problema que se apresentarem.

Cenário atual: Pouco envolvimento das famílias nas propostas pedagógicas e apesar do diálogo com o presidente de bairro, não estão sendo desenvolvidas ações conjuntas com a comunidade.

Cenário pretendido: Um CMEI acolhedor e Famílias participativas, engajadas na execução do projeto político pedagógico da instituição. Também pretende-se executar ações conjuntas com a comunidade, começaremos com um Projeto sobre o descarte e separação do lixo.

Prazo para conclusão das ações: Dezembro de 2025.

12 COMPETÊNCIA 9 – PROMOVER O RESPEITO E A EMPATIA

Objetivo estratégico: Fortalecer o diálogo, o respeito, a cooperação e o vínculo entre a equipe de profissionais.

Problema/causa/desafio: Esse objetivo faz-se necessário devido a necessidade de respeito às diferenças e às histórias de vida dos colegas. Achar que tem liberdade para julgar e criticar a história do outro, seja para outros ou para a própria pessoa, prejudica, e muito, a boa relação com os colegas da equipe. Cada um vive sua própria vida e é fruto do que sua história lhe permitiu se tornar. Isso não é uma justificativa para pessoas que têm dificuldades de realizar suas funções com afinco, mas um argumento para que haja respeito em determinadas situações.

Ações a serem realizadas: Conversas abertas com todo o grupo, direcionada para este foco; Dinâmicas de grupo com o objetivo de mostrar que todos temos pontos positivos e negativos, como humanos não somos perfeitos e da mesma forma que precisamos relevar situações dos nossos colegas, eles também relevam as nossas e isso é necessário para a boa convivência, e para o ambiente educativo, pois influencia diretamente o nosso trabalho com as crianças; Compartilhamento de histórias de vida, desafios, superações.

Cenário atual: Uma equipe caminhando, apesar das diferenças ou dificuldades de relacionamento provocadas por liberdades indevidas.

Cenário pretendido: Uma equipe que reconhece suas diferenças, suas limitações, suas dificuldades de lidar com colegas de trabalho, mas que entende a necessidade do respeito, do diálogo e da empatia para que se forme um grupo forte e ajustado para alcançar objetivos coletivos.

Prazo para conclusão das ações: Ações contínuas.

Objetivo estratégico: Desenvolver projetos de acolhimento, respeito e valorização da diversidade.

Problema/causa/desafio: Superação do preconceito e valorização da diversidade humana e cultural.

Ações a serem realizadas: Projetos contínuos acerca da Cultura afrodescendente (Lei 10.639/2002) e cultura indígena; Formação em serviço sobre a diversidade; Oferta de brinquedos e materiais das diferentes culturas; Disposição de elementos que ofereçam representatividade das diferentes características fenotípicas humanas; Valorização das características físicas individuais; Diálogo sobre as diferenças.

Cenário atual: Sem projetos dessa natureza.

Cenário pretendido: Ambiente educativo respeitoso, acolhedor, que valoriza as diferenças e fortalece as identidades.

Prazo para conclusão das ações: Implementação – março de 2024. Manutenção – contínua.

13 **COMPETÊNCIA 10 – INCENTIVAR UM AMBIENTE BASEADO EM VALORES**

Objetivo estratégico: Construir um ambiente educativo pautado na autonomia, na responsabilidade, flexibilidade e resiliência.

Problema/causa/desafio: O ambiente educativo reflete seus valores nos processos de ensino e aprendizagem, portanto, faz-se extremamente necessário pautá-lo em valores.

Ações a serem realizadas: Seminário do livro “Quando eu voltar a ser criança” - Janusz Korczack; Seminário do livro “Educação como exercício de Poder – Vitor Paro”; Seminário sobre os Princípios Éticos, políticos e estéticos, explicitados na Diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil. Os seminários visam relacionar as leituras com a realidade vivenciada no CMEI, gerando reflexões que possibilitem a transformação, aperfeiçoamento ou afirmação da realidade existente.

Cenário atual: Não há um aprofundamento acerca da reflexão sobre os valores do ambiente educativo.

Cenário pretendido: Um ambiente educativo fundamentado em princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, que por assim ser, reflita uma prática pedagógica que multiplique esses valores, estando comprometida com uma educação para a transformação social.

Prazo para conclusão das ações: Dezembro de 2025.

14 OBSERVAÇÕES FINAIS

Embora este documento tenha sido organizado por mim, gestora Caroline Lobo, é importante destacar que ele contou com significativas contribuições da pedagoga Carolina Eliza Poletti Cabral.

Outra questão essencial, é que, a execução deste plano, depende fundamentalmente da mobilização coletiva. Uma gestão educacional que promove uma Educação Pública de Qualidade só se faz com o trabalho de todos os envolvidos! Ou seja, a efetivação deste plano de ação será coordenada pela gestora, mas, empreendida por todos os profissionais do CMEI Ângela Catarina Poletti Alves de Carvalho.

2.4.2 Plano de Ação da Pedagoga Coordenadora

1.PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO DOS PEDAGOGOS

De acordo com o que propõe a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 em seu artigo 29 podemos observar que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Com base nesse artigo, o pedagogo precisa ter como sua principal função dentro dos centros municipais de educação infantil, assegurar que a criança, sujeito histórico e de direitos vivencie experiências dentro da Instituição, que possibilitem o seu desenvolvimento integral.

Com a implementação da BNCC, busco orientar as professoras, de modo a garantir que os direitos de desenvolvimento e aprendizagem estejam presentes nas práticas dos campos de experiência, a fim de que as nossas crianças tenham uma aprendizagem mais significativa e de qualidade.

Sendo assim, na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do adolescente em seu artigo 4, podemos observar que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Acreditamos que enquanto Instituição precisamos cumprir nosso papel social, e que precisamos contribuir com o desenvolvimento humano de forma integral. Para isso temos um olhar atento para todas as crianças e principalmente para aquelas que estão em alguma situação de vulnerabilidade, buscando sempre meios de intervir e melhorar a realidade na qual estão inseridas.

Para isso, o pedagogo atua juntamente com o gestor da Instituição coordenando ações que possibilitem e favoreçam um atendimento educacional de qualidade para as crianças da comunidade na qual estão inseridos, assegurando assim, seus direitos e complementando as ações de suas famílias.

“A presença do pedagogo escolar torna-se, pois, uma exigência dos sistemas de ensino e da realidade escolar, tendo em vista melhorar a qualidade da oferta de ensino para a população”. LIBÂNEO (2010, p.62)

Dentro da Instituição, o pedagogo poderá assumir tanto o papel de coordenador quanto de orientador educacional.

Sabemos da importância de cada pessoa que faz parte da jornada educativa das crianças dentro da Instituição, pois cada uma que interage com elas, está construindo laços de afeto e tornando-se participante de seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Para que sejam alcançados os objetivos educacionais dentro da Instituição, Libâneo afirma que “Quem coordena tem a responsabilidade de integrar, reunir esforços, liderar, concatenar o trabalho de diversas pessoas.” (2015, p.177). Para ele os gestores da Instituição deverão acompanhar o trabalho de toda a equipe, objetivando alcançar as metas pré-estabelecidas anteriormente de maneira coletiva e democrática, assegurando que existam condições para o cumprimento das mesmas.

Sendo assim, algumas características são fundamentais para o trabalho da coordenação, "autoridade, responsabilidade, decisão, disciplina e iniciativa" (LIBÂNEO, 2015, p. 178).

A *autoridade* é o exercício de um poder delegado a alguém para dirigir e coordenar as medidas tomadas coletivamente, implicando determinadas qualidades e conhecimento de suas funções. É recomendável que a autoridade seja descentralizada, delegando-se tarefas aos demais membros da equipe escolar.

A *responsabilidade* é uma exigência inerente à autoridade. Mesmo no caso de procedimentos grupais de tomada de decisões e descentralização das tarefas, a responsabilidade afinal é de quem dirige/ coordena.

A *decisão* é a capacidade de selecionar, diante de várias alternativas, a medida mais adequada conforme as situações concretas. Com base em um plano de trabalho, de objetivos e tarefas estabelecidas mediante a participação da equipe escolar, o diretor ou coordenador não pode furtar-se de tomar as decisões necessárias.

A *disciplina* implica compatibilizar a conduta individual com as normas, regulamentos, interesses da vida social e escolar, assumidos coletivamente. A *iniciativa* é a capacidade crítica e criadora de encontrar soluções aos problemas que se apresentam no desenvolvimento do processo de direção, o que implica a capacidade de enfrentar o imprevisto e situações inusitadas ou embaraçosas. (LIBÂNEO, 2015, p.178)

O autor ainda afirma que:

“O coordenador pedagógico ou professor-coordenador supervisiona, acompanha, assessora, apoia, avalia as atividades pedagógico-curriculares. Sua atribuição prioritária é prestar assistência pedagógico-didática aos professores (...), no que diz respeito ao trabalho interativo com os alunos.” Libâneo (2015, p.109).

Diariamente atuo juntamente com a gestora da Instituição a fim de motivar a equipe e mobilizar as ações educativas para alcançarmos os objetivos educacionais propostos tanto para a qualificação das práticas, quanto para a efetivação da proposta pedagógica, acompanho as professoras no planejamento e desenvolvimento das sessões investigativas, as narrativas elaboradas nas documentações pedagógicas elaboradas pelas mesmas, o preenchimento do Registro de Classe On-line diariamente.

Trimestralmente realizamos o pré-conselho, que é uma prática que traz muitos resultados positivos. Através do diálogo com as educadoras podemos conhecer mais de perto a prática e conflitos existentes no dia-a-dia, assim organizamos um cronograma de ações para intervir e transformar a situação, como encaminhamentos para o CMAE, Unidade de saúde, Conselho Tutelar, busca ativa e reuniões com

familiares. Dessa forma conseguimos avançar em muitos pontos, alcançando um atendimento de qualidade para nossas crianças.

O pedagogo também é responsável por acompanhar a construção dos processos de avaliação dentro da Instituição. Em nosso CMEI estaremos realizando documentação pedagógica e parecer descritivo/portfólio trimestral, sendo entregue uma cópia para as famílias ao final do ano letivo e arquivado na pasta das crianças.

Dentro do processo educativo, a família tem um papel crucial na formação das crianças. A parceria entre escola e a comunidade torna-se imprescindível para que haja sucesso nas práticas educativas. Por isso, se faz necessário estabelecer canais de comunicação com os pais, criando ações que fortaleçam o vínculo entre a Instituição e as famílias. Por este motivo sempre divulgamos através da página do CMEI as ações que vem acontecendo, nas paredes do CMEI e nas salas referências (estética decidida pelas professoras). Acreditamos que a parceria com as famílias é um fator fundamental para a melhoria do ensino e efetivação da gestão democrática, por este motivo prezamos tanto a participação dentro da Instituição.

Outra ação de extrema importância realizada semanalmente, é a busca ativa. Quando uma criança possui muitas faltas, entro em contato com as famílias para saber o motivo e intervir, de modo a diminuir a evasão e garantir o acesso das crianças e a sua permanência no CMEI.

Além do pedagogo acompanhar o professor no que diz respeito às ações educativas, ele também atua como formador de sua equipe, contribuindo para a capacitação profissional do corpo docente na Instituição. Esse momento que ocorre dentro do CMEI é denominado de “formação continuada em serviço” sendo escolhidos coletivamente os assuntos a serem estudados, a partir de necessidades que surgem ao longo do ano (contexto). Essa formação dos profissionais que acontece no período da hora-atividade ou em dias previstos anteriormente no calendário escolar são realizadas a fim de trazer reflexões a respeito das práticas diárias que acontecem no interior da Instituição, visando sempre a melhoria do atendimento as crianças e a qualificação das praticas pedagógicas. (LIBÂNEO, 2009)

Portanto, para se construir uma educação pública de qualidade, é necessário que haja o comprometimento de todas as partes envolvidas no processo educativo em um processo de aprendizado contínuo.

2. METAS A ALCANÇAR

- Preservar os direitos das crianças, e trabalhar em favor delas.
- Pautar as ações educativas de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), Diretriz Curricular Nacional, Base Nacional Comum Curricular e Currículo Municipal.
 - Encaminhar crianças que demonstrem um sinal de alerta quanto ao seu desenvolvimento para avaliação educacional especializada.
 - Buscar meios e estratégias para qualificar cada vez mais o atendimento as crianças de inclusão.
 - Acompanhar semanalmente e orientar quanto ao Registro de Classe On-line.
 - Acompanhar diariamente as professoras de hora-atividade.
 - Contribuir democraticamente através da efetiva participação no Conselho Escolar e APMF.
 - Trabalhar no enfrentamento a práticas de discriminação e preconceito, incentivando a valorização do outro, respeito mútuo independente de cor, raça ou religião. (Práticas antirracistas e de diversidade)
 - Planejar ações juntamente com a equipe de profissionais da Instituição, a fim de alcançar continuamente a melhoria do processo educativo comum dentro da comunidade na qual estamos inseridos.
 - Acompanhar o desenvolvimento das sessões investigativas, contribuindo com práticas que enriqueçam o trabalho com as crianças.
 - Realizar estudos e reflexões acerca de temas que tragam melhoria na qualidade do ensino, a fim de promover reflexões acerca da aprendizagem das crianças dentro das propostas pedagógicas desenvolvidas no espaço da Instituição.

- Incentivar na construção de espaços educadores que promovam o brincar e as interações entre os pares dentro da Instituição de educação infantil e a autonomia da criança.
- Auxiliar e incentivar a elaboração/reflexão de espaços de aprendizagem nas salas referências, a partir do interesse das crianças observado pelas professoras.
- Acompanhar a hora-atividade das professoras, orientando e auxiliando quanto ao desenvolvimento das sessões investigativas (projeções), metodologias e práticas que promovam a autonomia, protagonismo das crianças e permitindo a autoria docente (auxílio).
- Juntamente com a gestora, desenvolver ações que fortaleçam o vínculo e participação entre a comunidade e o CMEI.
- Agir na resolução de conflitos levantados no pré-conselho e conselho de classe juntamente com a gestora e coletivo da Instituição.
- Trabalhar juntamente com a equipe que compõe o corpo docente e com a comunidade educativa na efetivação, implementação, reflexão e reelaboração da proposta Pedagógica da Instituição.
- Juntamente com a gestora, realizar a avaliação institucional com toda a comunidade escolar e traçar estratégias de melhorias para o ano seguinte.

3. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

3.1. A Organização do Trabalho Pedagógico no Cotidiano do CMEI

Ação	Data/Período
(Re) Construção/implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola	Março/Abril
Organização do trabalho pedagógico no coletivo do CMEI: Espaço e tempo escolar.	Fevereiro
Organização da prática pedagógica	Diariamente
Formação continuada dos profissionais da Instituição	Mensalmente

Relação entre escola e comunidade	Diariamente
-----------------------------------	-------------

3.2. (Re) Construção / Implementação do Projeto Político Pedagógico

Ação	Data/Período
Elaborar o Plano de Ação da Equipe Pedagógica	Fevereiro
Organizar um memorial com registros, encaminhamentos com definição de metas	Trimestralmente
Coordenar as adequações do Projeto Político-Pedagógico	Durante o ano todo
Criar condições para a participação dos profissionais do CMEI e comunidade na (Re) construção do Projeto Político Pedagógico	Março

3.3. Organização do trabalho pedagógico no coletivo do CMEI

Organização do espaço e tempo escolar

Ação	Data/Período
Organizar e acompanhar o Planejamento coletivo	Semanalmente
Planejar e organizar espaços e tempos da Instituição	Trimestralmente
Orientar e verificar o controle de frequência diária com registros dos conteúdos e observações pertinentes	Diariamente
Organizar a hora atividade do professor para estudo, planejamento e reflexão do processo de ensino e aprendizagem	Mensalmente
Realizar o alinhamento entre as ações propostas pela SEMEDI e PPP da Instituição	Março/ Abril

3.4. Organização da Prática Pedagógica

Ação	Data/Período
Programar a proposta curricular da Instituição de acordo com as políticas educacionais da SEMEDI, com as Diretrizes Curriculares Nacionais	Diariamente
Assessorar e analisar a elaboração do plano de ensino articulado no campo de experiências em sintonia com os dois documentos de destaque da ação educativa: Currículo Municipal e PPP	Semanalmente

Planejar em conjunto com o coletivo da escola a intervenção aos problemas levantados em conselho de classe.	Trimestralmente
Coordenar a escolha e aquisição de materiais e equipamentos de uso didático-pedagógicos.	Diariamente
Incentivar e assessorar o professor na seleção de recursos didáticos para o ensino e experiências de aprendizagens.	Diariamente
Orientar, coordenar e incentivar a aplicação das sessões investigativas.	Diariamente

3.5. Formação Continuada do Coletivo de Profissionais do CMEI

Ação	Data/Período
Elaborar o Projeto de formação continuada dos profissionais do CMEI para o aprimoramento teórico metodológico, na forma de trocas de experiências, estudos sistemáticos e oficinas	1º Trimestre
Desenvolver o processo contínuo pessoal e profissional de fundamentação teórica.	Semanalmente
Pesquisar e fornecer subsídios teóricos metodológicos para o estudo e atender necessidades do trabalho pedagógico	Semanalmente
Organizar reuniões de estudo para a reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico do CMEI.	Mensalmente

3.6. Relação entre CMEI e Comunidade com ênfase na transversalidade

Ação	Data/Período
Participar do conselho escolar subsidiando teórica e metodologicamente as reflexões e decisões sobre o trabalho pedagógico escolar	Mensalmente
Incentivar e propiciar a participação das crianças nos diversos momentos	Diariamente
Elaborar estratégias para a superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de compromisso ético e político com todas as categorias e classes sociais.	Diariamente
Fazer cumprir os preceitos constitucionais, a legislação educacional em vigor	Diariamente
Repensar a natureza da relação das famílias com a escola	Diariamente

Família presente no CMEI	Diariamente
Promover reuniões de caráter formativo e informativo	Mensalmente
Desestimular a cultura da não-participação das famílias	Diariamente

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 04 de abril de 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 04 de abril de 2016.

LIBÂNEO, J.C. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. 6.ed. São Paulo. Heccus Editora, 2015.

2.4.3 Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional

Não há um plano rígido definido para a equipe operacional. Uma vez que contamos com apenas uma profissional no setor de serviços gerais, ela vai atendendo as demandas da limpeza conforme a necessidade.

As salas de referência e os banheiros são limpos diariamente, os demais espaços vão sendo contemplados conforme a necessidade e urgência.

Essa organização faz-se necessária devido a intensa demanda para uma profissional, que por vezes se sobrecarrega na busca por manter a limpeza da instituição.

2.4.4 Plano de Ação do Conselho Escolar

As reuniões do conselho escolar são mensais e o cronograma é definido em reunião extraordinária após o início de cada ano letivo.

O Conselho Escolar do CMEI Ângela Catarina está no começo de sua caminhada, estamos na fase de levantamento de problemáticas, para que possamos traçar ações que coadunem com a proposta pedagógica desta instituição.

Em reunião, conversamos sobre as ações do Conselho Escolar que possam contribuir estreitar o vínculo com a comunidade e também sobre estratégias que possibilitem ouvir as demandas. Entre as proposições que emergiram com o objetivo de mobilizar ações coletivas, tivemos:

- Organização entre famílias e comunidade para limpar o terreno ao lado CMEI, que tem servido como depósito de lixo;
- Mutirão para pintura das salas de referência;
- Pesquisa acerca de possibilidades para ampliação do CMEI;
- Pesquisa acerca da necessidade de atendimento;
- Desenvolvimento de ações que tornem visíveis demandas latentes da comunidade em que o CMEI está inserido;
- Ação de conscientização sobre o descarte e acúmulo de lixo.

A participação dos diferentes segmentos do Conselho Escolar na organização de ações que estreitem a relação entre a escola e a comunidade são de suma importância para a construção de um trabalho coletivo e de qualidade, que visa a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e democrática.

2.4.5 Plano de Trabalho Docente

O planejamento docente é entregue quinzenalmente, possibilitando a projeção do mesmo para uma possível ampliação mensal.

PLANEJAMENTO DE SESSÃO			
Nome da Instituição de Ensino: CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “ÂNGELA CATARINA POLETI ALVES DE CARVALHO”			
Agrupamento:			Periodicidade:
Profissional:			
Campos de experiência:		Direitos de aprendizagem:	
Objetivos de aprendizagem:		Experiência de aprendizagem:	
Cotidiano	Observável	Encaminhamentos	Materiais
Reflexões:			
Referências:			

2.4.6 PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO EDUCAÇÃO INFANTIL

PEI – PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO EDUCAÇÃO INFANTIL

ESTUDANTE:	
IDADE:	DATA DE NASCIMENTO:
FILIAÇÃO:	CONTATO:
ENDEREÇO:	PRONTUÁRIO:

CMEI/ESCOLA:	MÓDULO/TURMA/
PROFESSORES RESPONSÁVEIS:	AUXILIAR
LOCAL:	DATA:

1: INTERESSES E POTENCIAIS

(Considerações breves, principais interesses da criança nos diferentes espaços. É importante o protocolo de conduta com a família.

ESCOLA:
FAMÍLIA:
OUTROS: (Consultórios, terapias, espaços de convivência, projetos similares)

2: DIFICULDADES ATITUDINAIS

ESCOLA:
FAMÍLIA:
Outros:

(Considerações breves do desenvolvimento nas questões atitudinais, relacionais e sociais, considerar aqui onde estão os pontos evidentes que dificultam a socialização da criança)

3: HABILIDADES VISÍVEIS

(Habilidades pela criança em quatro grandes pilares do desenvolvimento neurológico)

COGNITIVAS	PSICOMOTORAS	INTERPESSOAIS	COMUNICACIONAIS

4: DIFICULDADES VISÍVEIS

(Dificuldades apresentadas pela criança em quatro grandes pilares)

COGNITIVAS	PSICOMOTORAS	INTERPESSOAIS	COMUNICACIONAIS

5: DIFICULDADES POR ÁREA DO CONHECIMENTO HUMANO – EDUCAÇÃO INFANTIL

ÁREAS	POTENCIALIDADES: (resultados satisfatórios, observados se houver)	DIFICULDADES:
O eu, o outro e o nós		
Corpo, gestos e movimentos		
Traços, sons, cores e formas		
Escuta, fala, pensamento e		

imaginação		
Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações		

6: ENCAMINHAMENTOS POR ÁREA DO CONHECIMENTO HUMANO – EDUCAÇÃO INFANTIL

ÁREAS	ENCAMINHAMENTOS
O eu, o outro e o nós	
Corpo, gestos e movimentos	
Traços, sons, cores e formas	
Escuta, fala, pensamento e Imaginação	
Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações	

7: ADEQUAÇÕES ORGANIZATIVAS

--

8: ADEQUAÇÕES DOS OBJETIVOS

--

9: ADEQUAÇÕES METODOLÓGICAS:

<p>Nossa proposta pedagógica contempla a todas as crianças, o trabalho é realizado com espaços de aprendizagem montados com intencionalidade pedagógica e sessões de investigação. Fortalecendo a criança atuante, autônoma, potente e a educadora infantil pesquisadora. Portanto, o desenvolvimento integral da criança é o nosso foco.</p>

10: ADEQUAÇÕES DE AVALIATIVAS

--

11: ADEQUAÇÕES EXTRAS A SEREM DESENVOLVIDAS

--

12: TRABALHO DE INTERAÇÃO, ADAPTAÇÃO E INCLUSÃO DA CRIANÇA COM O GRUPO

--

13: TERAPIAS NECESSÁRIAS/DISPONÍVEIS

TERAPIAS	CARGA HORÁRIA	DIA DA SEMANA

14: PARECER FINAL

15: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

ASSINATURAS:

DATA:

2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

Todo o trabalho pedagógico em nossa Instituição, partirá primeiramente de uma observação reflexiva ancorada na realidade e interesse de nossas crianças, a qual consistirá em uma coleta de informações, que contemplará o conhecimento prévio das crianças e a fase do desenvolvimento em que se encontram.

A partir dessa observação, todo o trabalho pedagógico da Instituição é conduzido de maneira a proporcionar às crianças a ampliação de seu repertório e construção de novos conhecimentos, bem como potencializar o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Em nosso município possuímos um Currículo da Educação Infantil próprio, o qual é fundamentado na Base Nacional Comum Curricular, e será adaptado de acordo com as características regionais, culturais e econômicas da comunidade local na qual o CMEI está situado. Assim como nos orienta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 em seu Artigo 26:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

O Parecer do CNE/CEB Nº05/09 em seu artigo 3º, estabelece que

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Diante disso, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças, procuramos desenvolver em nossa prática pedagógica, ações que considerem os interesses e peculiaridades pertencentes a cada grupo de crianças, e a cada criança individualmente, de acordo com a sua história e faixa etária.

Buscamos realizar uma ação mediadora, a qual, segundo (OLIVEIRA (org.), 2012), articula experiências e saberes das crianças com conhecimentos culturais que despertam seu interesse, oportunizando assim, experiências que promovam a construção de novos

conhecimentos, sempre permeados pelas interações e brincadeiras, eixos norteadores da educação infantil, etapa de extrema importância para que a criança possa ter as vivências da infância ampliadas e potencializadas na relação com o mundo que a circunda.

Nesse contexto de novas aprendizagens, no qual valorizamos o protagonismo infantil, precisamos considerar o valor educativo das interações sociais para o pleno desenvolvimento da criança.

A professora, por sua vez, possui um importante papel nesse processo, pois será ela quem irá proporcionar mecanismos e instrumentos que sejam facilitadores para que estas interações aconteçam, através de espaços de aprendizagem nas salas de referência (micro transições). Ela irá "propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma que possam comunicar-se e expressar-se." (RCNEI,1998, p.31)

Sendo assim, são ofertadas para as crianças no interior da Instituição, situações que promovem as interações entre elas, criando um ambiente acolhedor, ainda que possam existir conflitos em suas relações, os quais podem ser superados e resolvidos pelas próprias crianças, que contam com o apoio da professora como mediadora na construção desse diálogo.

De acordo com a resolução CNE/CEB Nº05/09 em seu artigo 9º,

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;

V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos. Parágrafo único - As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências.

Historicamente, o ato de brincar foi perdendo espaço na vida das pessoas para atividades consideradas mais produtivas, restringindo-se apenas ao período da infância ou em pequenos intervalos considerados como lazer.

O ato de brincar vem sendo estudado por muitos psicólogos, para Vigotsky (1998), a brincadeira cria uma “zona de desenvolvimento proximal”, ou seja, ela estimula a criança a superar seu desenvolvimento atual.

Além de ser importante para o desenvolvimento das crianças, o brincar também é essencial para que as professoras conheçam seus grupos e também a individualidade de cada criança. Pela brincadeira a educadora pode perceber suas peculiaridades, seus gostos, preferências e até mesmo interpretar seus contextos sociais e visões de mundo.

Portanto, dada a devida importância que o ato de brincar constitui, tanto para o desenvolvimento social quanto cognitivo e pessoal da criança, ações que promovem a brincadeira tem fundamental importância em nossas ações pedagógicas dentro do CMEI.

2.5.1 Organização dos tempos e espaços no cotidiano da Educação Infantil

Considerando que na Educação Infantil o currículo constitui-se a partir das práticas da vida cotidiana (FOCHI, 2023), a organização dos tempos e espaços na jornada educativa são de suma importância para a efetivação da proposta pedagógica.

A jornada educativa constitui-se

Entre o momento da chegada da criança em uma creche ou pré-escola e a sua saída, ela irá brincar, se alimentar ou ser alimentada, descansar, se higienizar ou ser higienizada, ir ao pátio, se envolver em uma proposta de investigação, olhar um

livro, cantar, conversar, trocar ideias em uma assembleia, interagir com diferentes adultos e crianças. Tudo isso e mais uma série de outros eventos constituem a jornada educativa dos meninos e das meninas como uma trama complexa de continuidades e descontinuidades (FOCHI, 2023, p. 14).

Desta forma, todas as ações realizadas e vivências experienciadas pelas crianças compõem esta jornada, sendo que a organização e a intencionalidade pedagógica investida em cada ação poderão determinar a qualidade das experiências vividas no CMEI.

A gestão do tempo envolve o desafio de articular os horários institucionais com os tempos das crianças, sem desrespeitá-las em suas especificidades e singularidades, pois os horários institucionais e dos adultos se referem aos “horários de entrada, saída, higienização dos espaços, momentos das refeições até os períodos de trabalho dos funcionários e usos dos espaços”, os tempos das crianças, por sua vez, ainda estão sendo elaborados, as crianças vão atribuindo sentido ao tempo “a partir das próprias vivências partilhadas nos diferentes espaços frequentados” (FOCHI, 2023, p. 15).

Nesse contexto, a forma em que o tempo institucional é organizado impacta diretamente o sentido de tempo que a criança atribui para suas vivências, bem como seus ritmos e experiências.

Diante disso, visando respeitar os diferentes ritmos infantis, trabalhamos com a previsibilidade e a transição entre as ações que fazem parte do cotidiano.

As transições são fundamentais para o bem estar emocional das crianças. Elas oferecem previsibilidade e ajudam as crianças a se sentirem mais seguras ao longo do dia. Para as crianças pequenas, mudanças abruptas podem gerar insegurança, por isso, os rituais de transição, como diálogos, músicas, histórias ou sinais visuais, contribuem para que as crianças se sintam partícipes e pertencentes ao cotidiano dentro da instituição educativa.

Durante as transições, as crianças têm a oportunidade de compreender o tempo e situar temporalmente suas ações. Esse processo favorece a construção da autonomia e a responsabilidade. Por exemplo, ao transitar entre as atividades que compõem a jornada educativa, elas podem aprender a se organizar, a guardar seus materiais e a fazer escolhas sobre suas próximas ações, com a mediação das educadoras.

A organização do tempo não se dá fora da organização do espaço, considerando que os diferentes tempos do cotidiano se fazem em diferentes espaços, os quais devem ser preparados de forma intencional para a potencialização das vivências que neles se dão.

O planejamento das ações pedagógicas no CMEI Ângela Catarina busca superar visões fragmentadas sobre as crianças e sobre o mundo.

Entendemos que o ambiente educativo exerce crucial influência sobre o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, pois "A criação de espaços pouco adequados, muitas vezes por questão de economia, terminou limitando as possibilidades de desenvolvimento infantil em muitas creches e pré-escolas" (OLIVEIRA, 2011, p. 195).

É por esse motivo que consideramos fundamental a ambientação dos espaços da EI de modo a promover um cenário que favoreça as interações entre as crianças, experiências individuais e coletivas, a tomada de decisões, a livre exploração e a construção de sentidos a partir das vivências da própria criança, mediadas pelas professoras.

Nesse contexto, a organização do ambiente é parte constituinte do planejamento da equipe técnico- pedagógica e também da professora, que ao planejar o cotidiano e as sessões investigativas, precisa pensar a melhor forma de dispor os arranjos no espaço físico, uma vez que "as pesquisas são claras em demonstrar a importância da significação que a criança pequena empresta ao ambiente físico, que pode lhe provocar medo ou curiosidade, irritabilidade ou calma, atividade ou apatia" (OLIVEIRA, 2011, p. 196).

A organização do ambiente orienta e condiciona o comportamento e as ações da criança, e nesse sentido, considerando que defendemos uma educação emancipatória, buscamos fazer com que o espaço físico ofereça possibilidades de a criança perceber-se como um ser humano, e que por meio das interações ela reconheça a sua atividade humana, que descubra coisas diferentes, que vivencie experiências inéditas, que as trocas com os colegas a ajudem a compreender as relações humanas e que ela se assume, dessa maneira, autora, criativa, crítica, curiosa e consciente acerca da sua capacidade de intervenção e transformação da realidade.

No que se refere ao trabalho pedagógico cotidiano, as educadoras têm autonomia para elaborá-lo e reelaborá-lo conforme as indicações das crianças e juntamente com elas, respeitando, antes de tudo, os tempos e os ritmos das crianças.

A jornada educativa que se efetiva com os diferentes grupos de crianças, está definida no planejamento do cotidiano, contudo, ela é flexível e cabe à professora perceber o melhor momento para os desdobramentos das ações planejadas para cada dia.

2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 determina em seu artigo 31, inciso I, que na Educação Infantil a avaliação se dará "mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental".

A resolução do CNE/CEB 05/09 estabelece nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a respeito da avaliação

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Assim, considerando os pronunciamentos acima, a avaliação na educação infantil tem um caráter diagnóstico e de acompanhamento contínuo, com o objetivo de analisar a forma como a criança elabora o seu conhecimento. Essa forma de avaliação subsidia permanentemente o educar, oportunizando situações capazes de gerar novos avanços e ações pedagógicas - a partir da observação, reflexão e diálogo - centradas nas manifestações de cada criança, sendo sempre flexível e contínua, respeitando o tempo de aprendizado e as singularidades das crianças.

O Referencial Curricular Nacional para a educação infantil afirma que

A observação das formas de expressão das crianças, de suas capacidades de concentração e envolvimento nas atividades, de satisfação com sua própria produção e com suas pequenas conquistas é um instrumento de acompanhamento do trabalho que poderá ajudar na avaliação e no replanejamento da ação educativa (RCNEI, 1998,p.65).

Ainda de acordo com os Referenciais, quando falamos de avaliação formativa, devemos considerar que não se trata de avaliar a criança, mas sim os momentos de aprendizagem que foram oferecidos à ela. A maneira que a criança se articula e explora os momentos de investigação, o modo que se relaciona com os objetos e elementos, bem como as possibilidades criadas a partir do material disposto na circunscrição dos ambientes no espaço da sala referência. Portanto compreendemos a avaliação como:

[...] um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo (RCNEI, 1998, p. 59)

Hoffmann afirma que "Avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões com a intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento" (2018, p.13).

Nesse contexto, a avaliação ocorre através da observação contínua, onde as crianças são entendidas e acolhidas, cada uma com sua especificidade.

Cabe à educadora, registrar as práticas desenvolvidas, as quais ocorrem por meio das interações, com respeito, atenção e zelo, buscando sempre proporcionar o bem estar da criança. É importante destacar que a frequência escolar implica diretamente nessa avaliação, pois ocorre cotidianamente.

Ao observar diariamente a criança, os professores conseguem conhecer seu desenvolvimento, historicizando suas conquistas e seus avanços em termos de aprendizagens, ampliação de conhecimentos e desenvolvimento. É importante sempre registrar tudo que foi observado, pois o registro materializa as observações feitas e legitima a tomada de decisão acerca das mudanças necessárias ou da mudança das práticas educativas que estão sendo realizadas (MEC, 2016, p. 95).

Nesse contexto, a professora de educação infantil é a mediadora das interações que as crianças estabelecem umas com as outras e com os adultos que a cercam na instituição, oportunizando sempre novas possibilidades de comunicação, acompanhando assim, todo o percurso que a criança traça em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Uma ação fundamental nos processos de avaliação na Educação Infantil, é a oportunização de vivências significativas para todas as crianças. Dessa maneira, a criança se constitui participante de suas conquistas e possibilidades, fortalecendo sua autonomia

e tornando-se protagonista na construção de seus conhecimentos sobre a vida e sobre o mundo que a circunda. Esse mesmo processo ocorre com as crianças portadoras de necessidades especiais, uma vez que elas são parte de todas as nossas ações cotidianas, enquanto humanas integrais, que possuem especificidades e que devem ser percebidas na sua singularidade. Também buscamos sempre conhecer seu foco de interesse e a partir disso criamos territórios investigativos e provocativos, possibilitando experiências que contribuem para a sua aprendizagem e desenvolvimento.

2.6.1 Instrumentos para os registros do processo avaliativo na Educação Infantil:

Documentação Pedagógica - parecer descritivo, portfólio e outros

O registro diário, compreendido como instrumento de trabalho pedagógico, documento reflexivo das professoras, espaço no qual marcam o vivido – conquistas, descobertas, incerteza, perguntas, medos, ousadias –, cuja dinâmica podem apropriar-se de seus afazeres. Salientando o exercício de escuta e observação, do registro e da reflexão sobre a ação educativa cotidiana, integrando a prática e a pesquisa da documentação pedagógica.

Para registrar, no cotidiano vivido com um grupo de crianças, é necessário observar ações, reações, interações, proposições não só das crianças, mas também da própria professora. É preciso ficar atento às dinâmicas do grupo, implicações das relações pedagógicas, com um olhar aberto e sensível, pois registrar não é uma técnica e nem tampouco pode ocorrer de forma automatizada, como espelhar o real.

A documentação, no diz Fortunati (2009), nasce da observação, e observar não é um ato neutro que simplesmente reproduz a realidade. É ao contrário, um ato interpretativo, que traduz intenções, concepções, valores, expectativas e representações do observador que, ao documentar, revela seu olhar, o seu pensamento, na documentação produzida.

Interpretar é atribuir significado ao que dizem e fazem as crianças e por isso a observação e a documentação são instrumentos que contribuem para valorizar suas experiências

Através da observação e da documentação, de fato, o adulto tem a possibilidade de compreender e conhecer os processos das crianças, para depois narrá-los por meio de palavras e imagens. Observar e documentar as experiências de um currículo criança ou de um grupo representam

instrumentos imprescindíveis para o conhecimento das potencialidades e das competências das crianças e do grupo (Pagni 2011, p. 39).

Loris Malaguzzi, ao tratar da dimensão visual da documentação pedagógica, sugeria que, além de perceberem os fatos e as situações registrados na fotografia, os professores prestassem atenção

aos rostos, aos olhos, à boca, aos gestos, às posturas e aos sinais apenas esboçados das crianças, que são “sentinelas” dos sentimentos e das tensões que as animam interiormente, e que qualificam – o modo mais natural – seus níveis de participação, de esforço, de prazer, de desejo e de espera emergentes nas experiências do ato de aprender.

Documentar é contar histórias, testemunhar narrativamente a cultura, as ideias, as diversas formas de pensar das crianças; é inventar tramas, poetizar os acontecimentos, dar sentido à existência, construir canais de ruptura com a linguagem ‘escolarizada’, tradicionalmente cinzenta, rígida, enquadrada, que tantas vezes silencia adultos e crianças. Documentação é autoria, é criação.



Para que professoras vejam e ouçam a criança – suas brincadeiras, suas perguntas e descobertas sobre o mundo, suas aprendizagens e expressões que dizem do mundo descoberto e apropriado –, é imprescindível que vejam e ouçam a si mesmas. É fundamental que estejam alimentadas por uma estética cotidiana que provoque a imaginação, que mobilize razão e sensibilidade, pensamento e intuição, no convite à criação. (Ostetto, 2015)

Planejar e documentar são ações contíguas, andam juntas, um alimentando a outra.

A educação antes de tudo é um ato de generosidade e humildade. O coletivo abraça quem chega, acolhe. Sem acomodações, mas com provocação, estamos em processo.

Humanizar o planejamento exige complexidade e coragem, não se trata de comer, ir ao banheiro ou dormir... Aprender sobre si, sobre si no coletivo, sobre as suas vontades e seus limites, seus desejos e suas escolhas em relação ao desconhecido; são os saberes escondidos no cotidiano da escola para crianças pequenas e que muitas vezes ficam invisíveis em meio a um planejamento farto de atividades que produzem produtos finais, que enchem as pastas daquilo que será enviado às famílias para justificar a relação

estabelecida; enquanto não se esgotar o diálogo respeitoso sobre a imagem de infância que tem as pessoas que fazem a escola, o risco de um espaço mercantilizado permanecerá.

Registro reflexivo, através da prática, através da provocação e convocação para tornar vivo o cotidiano. Sua construção necessita de repertório com significativo.

Planejamento: Partindo das perguntas. (O que se quer alcançar?) (A que distância se está daquilo que quer alcançar?) (O que fazer concretamente [que, qual prazo] para diminuir a distância?) [Níveis de planificação segundo Santos Filho (2012, p. 141)].

Macro – BNCC.

Meso – Escola, território educativo.

Micro – Projeto didático das professoras (coletivo).

Caderno de registro (diário de bordo).

Planejar é transformar a realidade numa direção escolhida; Planejar é organizar a própria ação; Planejar é implantar um processo de intervenção na realidade; Planejar é agir racionalmente; Planejar é dar clareza e precisão à própria ação; Planejar é explicar os fundamentos da ação do grupo; Planejar é pôr em ação um conjunto de técnicas para racionalizar a ação; Planejar é realizar um conjunto orgânico de ações, proposto para aproximar uma realidade a um ideal; Planejar é realizar o que é importante (essencial). (Gandin, 1991, p. 23)

Quintal com espaços preparados pela educadora de hora atividade.

Ateliê gustativo, metafórico de descobertas e possibilidades, com cheiros e sentidos, é a cozinha. Onde há polisensorialidade, as crianças arrumam a mesa para as outras e a aprendizagem acontece nesse cotidiano – é o coração da nossa escola. “Existe uma cultura da infância submersa, por isso creio que seja uma tarefa importante, para quem trabalha com crianças, torna-la visível”.

Essa é a escola que temos gestado, acreditado, querendo que ela exista não porque a gente fala, mas que acontece de verdade. Tornando visível as aprendizagens, o cotidiano rico vivido.

2.6.2 Avaliação Institucional

A avaliação institucional constitui-se um momento de autoavaliação que possibilita analisar o trabalho desenvolvido no CMEI, nas diferentes dimensões, para que possamos sempre ampliar a qualidade dos serviços ofertados à nossa comunidade escolar.

Realizar esta avaliação implica em conhecer a realidade da nossa unidade educativa e refletir sobre a forma que o trabalho se efetiva diariamente, não apontando apenas os fatores que precisam ser realinhados, mas também indicando as conquistas já alcançadas por meio das ações desenvolvidas.

Por tratar-se de um trabalho construído a muitas mãos e em parceria com as famílias, destacamos que reconhecemos a importância de que a avaliação institucional também seja coletiva.

Esta proposta pedagógica é uma expressão desta avaliação, pois para ser reformulada foi necessário refletir sobre a nossa prática cotidiana, entendendo as limitações e potencialidades que permeiam as nossas ações. Pudemos rever as diferentes esferas que circunstanciam o nosso trabalho, transpondo, inclusive, termos que não convergiam com nossas concepções.

Também tivemos um momento durante esta reformulação, em que fomos caminhar por nossa comunidade, observando-a em suas minúcias, percebendo suas especificidades e características, fomos observar nosso mangue, olhar para as ruas ao nosso entorno, vendo como o bairro se constitui em sua organização física e quais as características das residências.

Esse conhecimento nos possibilitou um novo olhar sobre a comunidade local em que nos situamos, o que nos levou a pensar em propostas que se relacionem intimamente com ela.

Contudo, compreendemos que é necessário ir além, mais do que conhecer a realidade é preciso avaliar as diferentes dimensões do nosso trabalho para que possamos reorientar os caminhos na busca pela qualidade da Educação Infantil pública.

A Educação Infantil avançou enquanto primeira etapa básica a partir da Constituição de 1988 e da LDB 9.394/96, sendo assegurada como direito da crianças:

Porém, para que esse direito se traduza realmente em melhores oportunidades educacionais para todos e em apoio significativo às

famílias com crianças até seis anos de idade, é preciso que as creches e as pré-escolas, que agora fazem parte integrante dos sistemas educacionais, garantam um atendimento de boa qualidade (MEC, 2009, p. 13).

Entendemos que a boa qualidade se refere as diferentes dimensões do trabalho educativo, portanto, a partir do ano letivo 2025 realizaremos a avaliação com todos os segmentos da comunidade escolar, por meio de formulário on-line, compartilhado via link, entre os meses de setembro e outubro.

A nossa avaliação será fundamentada pelos Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil (MEC, 2009), nas seguintes dimensões:

- 1 DIMENSÃO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL
- 2 DIMENSÃO MULTIPLICIDADE DE EXPERIÊNCIAS E LINGUAGENS
- 3 DIMENSÃO INTERAÇÕES
- 4 DIMENSÃO PROMOÇÃO DA SAÚDE
- 5 DIMENSÃO ESPAÇOS, MATERIAIS E MOBILIÁRIOS
- 6 DIMENSÃO FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS PROFESSORAS E DEMAIS PROFISSIONAIS
- 7 DIMENSÃO COOPERAÇÃO E TROCA COM AS FAMÍLIAS E PARTICIPAÇÃO NA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Sabemos que essas dimensões envolvem, além da ação institucional, também a da mantenedora, entretanto, agiremos no que compete a nós, enquanto instituição, e tornaremos visíveis as questões que dependam da Prefeitura Municipal de Paranaguá, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

2.6.3 Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, pré e pós conselhos.

A organização dos pré conselhos, conselhos de classe e pós conselhos segue as datas definidas no calendário letivo.

Os pré conselhos são realizados de forma concentrada durante as horas atividades das educadoras. Este momento é destinado à abordagem dos processos vivenciados pelas crianças, a partir dele são definidas ações de diálogos com as famílias, bem como são

definidos possíveis caminhos que podem auxiliar na superação das problemáticas encontradas.

Os conselhos de classe acontecem em datas previstas com a dispensa de crianças. No conselho é possível rever as problemáticas apresentadas no pré conselho, indicando os avanços conquistados com as intervenções, sinalizando o que persiste e apresentando novas questões que possam ter emergido.

Após as observações direcionadas, as tentativas de diferentes formas, os diálogos com as famílias e a tomada de decisões necessárias com vistas a solucionar questões que foram indicadas no pré conselho e conselho de classe, como por exemplo possíveis encaminhamentos, retornamos ao diálogo com as educadoras para reavaliar e redefinir percursos.

Entre as ações que geralmente são realizadas nesses períodos, referem-se além aos diálogos com as famílias, aos encaminhamentos para o conselho tutelar e para a avaliação multiprofissional, entre outros.

2.7 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada em serviço é muito importante para o aperfeiçoamento profissional dos educadores. Por meio dela é possível analisar a prática pedagógica e modificá-la por meio de reflexões, discussões e estudos referente a temas relacionados ao cotidiano educacional.

De acordo com Libâneo (2015, p.187):

A formação continuada é condição para a aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de professores e especialistas. É na escola, no contexto de trabalho, que os professores enfrentam e resolvem problemas, elaboram e modificam procedimentos, criam e recriam estratégias de trabalho e, com isso, vão promovendo mudanças pessoais e profissionais.

Assim, entendemos que as diferentes demandas que cotidianamente se apresentam exigem uma atualização constante dos profissionais e da escola como um todo. A medida que surgem novas experiências e os educadores se deparam com novas situações, as práticas precisam ser repensadas e transformadas.

A profissão docente exige um aprender e reaprender constantemente, e é qualificada pelo ciclo ação-reflexão-ação. Portanto, é por meio da práxis reflexiva que a prática

educativa é transformada e aperfeiçoada. Nesse contexto, consideramos a formação continuada como um fator crucial para garantir a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem construídos na relação educador-criança e criança-criança.

Conforme Libâneo (2015), o ambiente escolar é um local de aprendizagem e possui uma cultura organizacional construída pelos profissionais nela envolvidos, assim, o desenvolvimento pessoal, a competência técnica e a qualificação profissional deverão ser valorizados dentro da instituição, justamente por ser um espaço educativo e requerer o constante aperfeiçoamento profissional daqueles que nela estão inseridos.

Partindo desse pressuposto, a Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e considerando a Lei Municipal 113/2009 e suas alterações, a Lei Ordinária Federal Nº 11.738/2008 e a Lei Ordinária Federal 9.394/96, por meio da Instrução 01/2018 que regulamenta a jornada de trabalho dos servidores do magistério público municipal de Paranaguá, assegura a organização e a realização da hora atividade.

A hora atividade corresponde a 1/3 da jornada de trabalho semanal das educadoras, e deve ser um tempo investido em planejamento/replanejamento, estudos, avaliações,

reuniões, formações em serviço, construção de materiais didático-pedagógicos, entre outras atividades que estejam relacionadas ao aperfeiçoamento e qualificação pessoal e profissional.

2.7.1 Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora

A formação continuada é ofertada pela mantenedora uma vez a cada semestre, conforme calendário letivo.

2.7.2 Formação continuada na Unidade Educacional

Realizada após o horário do expediente, uma vez ao mês, com o coletivo. Nos momentos de hora-atividade concentrada, fomentar a formação em contexto (por agrupamento).

Formações em serviço com o Prof^o Denni Capetta

A partir do querer possibilitar pertencimento de nossas origens às professoras, para que potencializassem as vivências e propostas para às crianças, foi possível realizar as formações em colaboração com o professor da Rede Municipal de Educação de Paranaguá Denni Capetta:

Patrimônio Cultural e Imaterial Parnanguara



Trajeto Negro



3 MATRIZ CURRICULAR EDUCAÇÃO INFANTIL

		
SEMEDI	MUNICÍPIO: Paranaguá	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: CMEI Angela Catarina Poleti Alves de Carvalho		
ENDEREÇO: Rua Arsênio Bento dos Santos, bairro Labra, Paranaguá, CEP 83212-480.		
FONE: (41) 3721- 1784		
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Paranaguá		
CURSO Nº 2001: Educação Infantil – Infantil 4 Nº 2005: Educação Infantil – Infantil 1 Nº 2007: Educação Infantil – Infantil 2-3		
TURNOS: Diurno	C.H. TOTAL DO CURSO: 800h	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2023	FORMA: Simultânea	
OFERTA: 0 a 4 anos	ORGANIZAÇÃO: Anual	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS	CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	
Total de horas relógio semanais Parcial	20 horas relógio	

Paranaguá, 20 de dezembro de 2024.

Direção
CAROLINE LOBO SANTOS DE QUEIROZ

4 PROPOSTA CURRICULAR

A prática pedagógica é orientada pelo Currículo Municipal de Paranaguá – Caderno de Educação Infantil. Embora o currículo não contemple especificidades locais e regionais, na prática, buscamos diariamente construir um currículo vivo, em diálogo com a cultura e com as demandas trazidas cotidianamente pelas crianças.

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf>

REFERÊNCIAS

ALONSO, M. **O Trabalho Coletivo na Escola**. In: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Formação de Gestores Escolares para a Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação. PUC-SP, 2002. p. 23-28.

AVANZINI, Claudinéia Maria Vischi. GOMES, Lisandra Ogg. Concepção de criança, infância e Educação. In.: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: a criança no ciclo de alfabetização**. Brasília: MEC, SEB, 2015.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 04 de abril de 2016.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 04 de abril de 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 04 de abril de 2016.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica*. Conselho Nacional de Educação. *Câmara Nacional de Educação Básica*. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação.



CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
ÂNGELA CATARINA POLETI ALVES DE CARVALHO



Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CRUZ, Lilian Moreira; FERRAZ, Roselane Duarte. **Ensino, práticas pedagógicas e diversidade**. São Paulo: Cortez, 2024.

FOCHI, Paulo (org.). **Vida cotidiana e microtransições**: narrativas pedagógicas das escolas do observatório da cultura infantil – OBECI. São Paulo: Diálogos, 2023.

GADOTTI, Moacir. Prefácio. In: CRUZ, Lilian Moreira; FERRAZ, Roselane Duarte. **Ensino, práticas pedagógicas e diversidade**. São Paulo: Cortez, 2024.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 22 ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.

HORN, Maria da Graça Souza. **Brincar e interagir nos espaços da escola infantil**. Porto Alegre: Penso, 2017.

KRAMER, Sonia. A Infância e sua singularidade. In: **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade** / organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

_____. **Organização e gestão da escola**: Teoria e Prática. 6 ed. São Paulo: Heccus Editora, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar - O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MARAFON. **Educando a Criança com Paulo Freire**: Por uma Pedagogia da Educação Infantil –A Realização do Ser Mais. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. (Tese de Doutorado em Educação), 203 f. 2012.

MARTINS FILHO, Altino José (org.). **Criança pede respeito**: docência na educação infantil. 4 ed. Tubarão: Copiart, 2023.

OLIVEIRA, Zilma Maria Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.



CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
ÂNGELA CATARINA POLETI ALVES DE CARVALHO



OLIVEIRA, Zilma Ramos (Org). **O Trabalho do Professor na Educação Infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Administração escolar: introdução crítica**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Alexsandro da. OLIVEIRA-MENDES Solange Alves de. A Criança, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de Nove Anos. In.: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: acriança no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC, SEB, 2015.

SILVA, T.T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Angelo de. et al. **Cinfop 1** - Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores. Universidade Federal do Paraná. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR, 2005. 68 p.

_____. **Cinfop 2** - Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores. Universidade Federal do Paraná. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR, 2005. 50 p.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

_____. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes: 1998.